A filosofia de Mário Ferreira dos Santos

Olavo de Carvalho

A obra de Mário Ferreira dos Santos¹ tem uma série de características que a impedem de ser abordada como a obra de qualquer outro filósofo. Em primeiro lugar pelo seu estado de conservação, é uma obra que nunca foi submetida a uma edição regular, as edições foram todas feitas pelo próprio autor em condições que nós não poderíamos dizer amadorísticas mas em condições muito precárias. Nós temos que reconhecer que ele foi um péssimo editor de seus próprios textos, o que ele fez com os textos dele é um crime, de certo modo ele merece um pouco do sofrimento post-mortem dos próprios textos. Mas isso é uma brincadeira na verdade porque o sujeito não tem obrigação de ser tão bom nem como editor nem como escritor quanto foi como filósofo.

Então eu tenho insistido muito nessa idéia de que a filosofia não se transmite essencialmente nos textos, só acidentalmente, que a idéia de obra que nós temos em literatura não pode ser transposta para a filosofia. A obra de um poeta são os seus poemas, o poema que ele pensou não interessa, só interessa o poema ao qual ele deu uma forma definitiva fisicamente reconhecível. A obra literária é uma presença física reconhecível, ela nada seria sem o seu estrato sonoro. O poema tem que poder ser lido repetindo-se o mesmo som, a mesma seqüência de sons a cada vez que for lido. A presença física do poema é uma coisa fundamental, tanto que se você ler um poema numa língua cuja fonética você desconhece ele não funciona tanto quanto se numa língua cuja fonética você conhece. Essa presença física da obra é muito importante na literatura e isso nada tem a ver com a filosofia. A obra do poeta são seus poemas, a do romancista são seus romances, mas a obra do filósofo não são os seus livros e sim sua filosofia.

É uma noção bastante evidente, se bem que possa parecer bastante escandalosa em face das práticas constituídas, e também é uma idéia que tem as conseqüências mais extraordinárias do ponto de vista metodológico, tanto na metodologia filosófica propriamente dita quanto do ponto de vista do ensino e do aprendizado da filosofia. Isto quer dizer que em princípio uma mesma filosofia terá de poder ser exposta de muitas maneiras diferentes e a maneira pela qual ela efetivamente foi exposta é somente uma delas, e não necessariamente a melhor. Não podemos excluir a hipótese de que até mesmo um outro sujeito fosse capaz de expressar a filosofia de Platão ou Aristóteles melhor do que eles mesmos, o que não quer dizer compreendê-la mais mas explicá-la melhor. Isto até acontece com uma certa freqüência, de obras que são mais de divulgação ser melhor escritas de certa maneira do que os originais dos quais ela partiu. Também acontece de obras fundamentais do pensamento filosófico serem apenas fragmentos, rascunhos, anotações de aula ou textos feitos por terceiros. A lista desses exemplos não acaba mais. Bastaria que isso tivesse acontecido uma única vez para que você entendesse que a forma completa do escrito não faz parte da essência da filosofia, embora possa acidentalmente ser muito importante para esta ou aquela filosofia em particular caso a expressão escrita seja uma forma preferencial de expressão de um filósofo em particular. Se coincide de o sujeito ter uma vocação de escritor, além de filósofo, então é evidente que o escrito predominará. Do mesmo modo que se o indivíduo tiver o dom da oratória, terá esta como meio predominante. Agora, pode ser apenas um dom de conversador como Sócrates. Sócrates conversava, este era o grande talento dele, ele não era nem escritor nem orador, era um conversador. Então pode ser este o instrumento predominante, mas isto é apenas uma coincidência. Se o filósofo opta por este ou aquele meio de expressão predominante é apenas uma coincidência que vem do talento, da vocação pessoal dele, nada tem a ver com a essência da atividade filosófica.

¹ Aulas do Seminário de Filosofia de 25 e 26 de Julho de 1997, transcritas por Fernando Antonio de Araujo Carneiro. Sem revisão do autor.

No caso do estudo da obra do Mário é preciso ter isto em vista o tempo todo, porque os escritos não vão te dar moleza, ao contrário, vão complicar formidavelmente a sua vida, ao ponto de o estado desses textos ser uma das causas principais, eu acho, da repugnância que muita gente tem diante dessa obra. Uma repugnância meio inconsciente, quer dizer não é bem uma repugnância, é uma preguiça de se aproximar dela, é uma relutância em se colocar o problema. Um outro motivo, é claro, é a própria incredulidade de princípio de que um brasileiro possa ter feito algo de realmente importante. É compreensível essa relutância. Mas também é preciso contar que se o indivíduo começou por descrer dessa possibilidade, quando em seguida ele descobre que ela é verdadeira, ele ainda se sente humilhado por não ter percebido antes, e aí fica com mais raiva ainda. A burrice e a incapacidade aí são fontes de inveja e de rancor, e isso conspira para fazer do homem um bode expiatório da burrice nacional. Ele acaba sendo como que o culpado, *nós o escondemos porque ele representa a nossa vergonha*. Não porque ele seja motivo de vergonha, mas porque ele de certo modo é um ponto de comparação que faz ressaltar a nossa vergonha.

Aluno: mas isso na própria época dele? Chegou a esse ponto de execração?

Não, chegou ao ponto de pessoas que sabem perfeitamente quem é o Mário preferirem esconder, chegou a esse ponto. Ex-alunos até preferiram esconder. Olha, o complexo de inferioridade brasileiro não é uma coisa simples, leve, é muito grave e pesado, atrapalha a vida de todos nós. Eu acho que o Brasil nunca vai deixar de ser Brasil. O horizonte de minha consciência, se ainda está acima, a superação disso não é fruto do progresso, tem que partir de uma perspectiva melhor. Não creio que tenha existido alguma civilização que tenha subido realmente do zero para cima, não, sempre tem que começar do alto, que se mantém, e pode melhorar a partir de um certo patamar. Sair da burrice total para alguma coisa acho que nunca aconteceu. Acontece quando um país é ocupado por outro, ele é integrado numa outra sociedade, só assim. Além disso, este fenômeno é denunciado geração após geração e você vê que está acontecendo exatamente igual. O Lima Barreto já falava disso, Machado de Assis também, é muito renitente. E no caso do Mário não chegou a um extremo justamente porque se trata de uma grandeza desproporcional. O Brasil realmente não está apto a engolir uma coisa dessas, ninguém está, nem os filósofos profissionais. Se você pegar a nossa classe intelectual, os melhores dentro dela, os melhores são os caras que conseguem manter uma atividade intelectual a altura de uma universidade européia atual – a altura da média. Conseguiram ser bons alunos, tirar seus mestrados, doutorados, mas não vai passar disso aí. O sujeito que no Brasil chega a isso já é quase gênio. Mas acontece que toda essa formação que eles recebem é medida pela altura de certas obras e certos autores que estão na moda neste momento. Teve um artigo do Sérgio Augusto em que ele dá como referência da autora do livro que ele comentava, *não, ela está muito bem escorada teoricamente em Baudrillard, Foucault...* ela leu esses autores, assimilou a teoria e é capaz de aplicá-la. Se chegou a isto já é um grande negócio. Mas entre você ser capaz de aplicar uma teoria que foi inventada agora mesmo e você conseguir realmente ter uma participação global em todas as épocas, quer dizer, você conseguir transitar no pensamento grego, medieval, oriental, aí já é outra coisa. Essa pessoa, comentada pelo Sérgio Augusto, ela pode se sentir à vontade em Paris, em torno de Lyotard, Baudrillard, Foucault, mas fora de Paris é caipira, e se sair da época é mais caipira ainda. Então são pessoas que estão presas dentro do espírito da época e não conseguem sair dele, não conseguem enxergar nada para trás, e forçosamente nem para diante.

Para um público assim, o Mário é um bicho muito esquisito, porque ele dialoga com a filosofia de todas as épocas, ele dialoga com Platão cara a cara, com Aristóteles, depois passa para Nietzsche, para ele é tudo a mesma coisa, tanto faz se é de agora ou de dois mil anos atrás. Ele tem uma visão universal da filosofia e não está de maneira alguma preso aos limites do que uma certa época, um certo consenso social toma como se fosse a realidade inteira. Ele sabe que a realidade é muito maior, então ele transita dentro da realidade sem problema algum. Mais ainda, ele está tão fora disso que ele pode discutir com filósofos absolutamente desconhecidos porque

ele não é de maneira alguma dependente de um consenso exterior que lhe diz que tal filósofo é importante e merece ser discutido e o outro não. Não, ele faz sua avaliação própria. Quer dizer, quando ele descobre um filósofo como os escolásticos portugueses, ele vai lhes dar uma atenção danada e ninguém tem nada que ver com isso. Ele não vai selecionar seus focos de atenção de acordo com o critério de um outro, ele tem o seu próprio. E esse critério dele é mais amplo que o dos outros, porque ele conhece mais autores, conhece mais profundamente. Como ele tem uma amplitude maior de informação ele pode ter um critério de importância que não coincide com o universitário. É simplesmente o problema de que o homem é muito mais culto do que todos eles juntos. Mais ainda, se você sabe muito mais do que os outros, você tem duas alternativas: ou você os trata como crianças e vai tentar ensiná-los, ou você simplesmente se afasta. E o Mário optou pela última, ele não queria papo. Não sei por quê, é uma coisa do temperamento dele, ele nunca sequer criou polêmica com esses caras, ele os ignorava, ele os desprezava. Aliás, ele não teve tempo para isso, a obra dele toda é desenvolvida a parte mais significativa, que são os cinquenta e seis volumes da Enciclopédia Filosófica desenvolvida num prazo de dezessete anos – quatro livros por ano – evidentemente não ia dar certo o cara querer dialogar com o meio universitário. E, aliás, para quê? Não tem nenhum motivo porque das pessoas que estavam em destaque naquela época você não ouve mais falar de nenhuma. Quem é que hoje lê um livro do João Custódio, do Luís Washington (???), do Renato Cherna? Ninguém lê, e são os filósofos que se discutia na época, dentro da universidade, mas tudo isto passou junto com o vento. Mesmo o Vicente Ferreira da Silva, que era um homem mais inteligente, hoje quando a gente lê já tem um certo ranço, já aparecem uns cinquenta iguais. Então o Mário, ao não prestar atenção nessa gente isto lhe fez muito bem, porque ele ficou e eles passaram.

Esta obra mais do que qualquer outra exige de nós a compreensão de que a filosofia não está no escrito mas está num certo estilo, ou num certo conjunto de pontos de vista que o sujeito lança sobre o objeto, de certo modo livremente escolhido, e que forma o que nós chamamos de filosofema. O filosofema não é apenas um conjunto de teses mas um conjunto de métodos, e não só um conjunto de métodos mas também é um estilo. Um estilo não necessariamente de pensar mas um estilo de olhar, é um modo de se aproximar de certas questões. É isso sempre é necessário apreender. Então a forma dos escritos pode ser determinada em parte pelas circunstâncias às quais eles vão ser limitados. Se o sujeito está dentro de uma universidade ele vai ter que se adequar ao gênero literário adequado para aquilo, ele vai fazer teses universitárias, dar aulas, algum gênero adequado àquilo. Agora, se ele escreve para si mesmo ou amigos ele pode escolher um gênero que existe no meio ambiente ou até inventar um outro. Quer dizer, a forma do escrito é muito accidental. Agora, pode acontecer também que de certos casos essas maneiras padronizadas de se pensar sejam muito próximas do espírito daquele filósofo. Eu não posso imaginar São Tomás de Aquino fora do ambiente da universidade medieval porque ele encarna de certo modo esse espírito. Não há hiatos entre uma coisa e outra, ele estava perfeitamente adequado àquilo. E talvez se não existisse esse gênero ele talvez o tivesse inventado.

No caso do Mário, o primeiro problema é esse: a que gênero pertencem os livros de Mário Ferreira dos Santos? Veja, é um sujeito que está fora do meio universitário, portanto não se dirige a um público universitário. E ele se dirige a um público que ele também não sabe quem é, podia ser de um, de dois, de três ou de mil, até podia ser o Brasil inteiro. Mas é um Brasil imaginário que só podia existir na cabeça dele, ele tinha que supor um auditório possível, eventualmente futuro. Por outro lado também não podia desprezar totalmente as pessoas que já estavam interessadas em filosofia, que já estavam envolvidas na atividade filosófica de algum modo. Então ele está falando para um auditório indefinido mas com uma espécie de uma ramificação ali para acertar nos filósofos de ofício da época. Por outro lado, ele está discutindo com filósofos de outros países, às vezes já mortos há muito tempo, e não se sabe bem qual é a platéia que está ouvindo isso.

Então nós temos que partir disso: o Mário é um autor que escreve para um público imaginário, e que na cabeça dele nunca esteve muito bem definido, quer dizer, tinha um leitor ideal e talvez um dia tivesse. Mas ele não escreve como quem vai ser ouvido no futuro, ele

escreve como se já estivesse sendo ouvido na mesma época. Então isso aí já complica muito para a informidade dos livros. Você não tem um gênero definido, você não sabe para quem você está falando, então você não sabe exatamente com que propósito, qual é o resultado que você pretende obter com o escrito, então você acaba escrevendo para si mesmo ou para Deus, o auditório universal. Em retórica nós sabemos que quanto menos definido é o público mais difícil é você definir o rumo do discurso. Porque para Deus você vai falar qualquer coisa, não tem motivo para você desejar persuadir Deus de uma coisa em particular ou de outra. Então você já vê na composição dos livros dele uma hesitação constante neste ponto. Nos primeiros livros que ele publica até os quarenta anos você não tem muito isto porque você tem um resto da experiência jornalística – Mário começou a vida como jornalista. Ora, o jornalista escreve para o público de jornal, que são os dois mil leitores para os quais escrevem os outros colegas, então você já tem mais ou menos um perfil definido e que ajuda a definir o tom, a seleção de vocabulário, o enfoque, e até o tamanho dos escritos. Tudo isto é definido em função dos hábitos do seu público.

No começo da carreira do Mário existe um monte de escritos que não são propriamente filosóficos, mas são filosófico-literários, como o livro “Se a esfinge falasse”, ou o “Provas a favor e contra a existência de Deus”, que são livros de assuntos filosóficos mas como se fossem crônicas literárias com fundo filosófico dirigidos a um público que não é de estudantes de filosofia mas geral, leitor, no qual o intuito de aprendizado é menos intenso do que o intuito de recreação. O leitor que lê uma coisa porque é curiosa, interessante. Então nos primeiros escritos existe uma certa unidade de gênero, de estilo. Mas a partir do momento em que o Mário toma o rumo do seu pensamento definitivo isso se dilui. E a primeira obra dele que é formalmente filosófica, “Filosofia e cosmovisão”, essa aí já mostra a total hesitação do autor quanto ao gênero que ele vai dar ao livro. Porque ele começa como se estivesse fazendo uma introdução à filosofia para um público que desconhece o assunto. Ele tinha essa idéia de educar o seu público, de junto com o livro criar o público. Não é somente um autor que escreve para um público filosófico já existente, mas um pedagogo, na verdade mais um reformador social que vai criar um público para ouvi-lo. Mas, ao mesmo tempo, ele já tinha – na época estava com uns quarenta e cinco anos – pelo menos um vislumbre dos objetivos finais de sua filosofia e de sua obra, que eu acredito que seja muito difícil expor a um público principiante. Então o que ele faz? Ele promete um livro de iniciação mas este praticamente não é compreendido por seus leitores iniciais. Então de repente você vê o Mário largando o tom pretensamente didático com que ele começa e entrando em discussões difíceis que o sujeito só vai compreender depois de ter apreendido a totalidade da filosofia do Mário Ferreira dos Santos. Então “Filosofia e cosmovisão” é um livro híbrido onde você tem várias intenções misturadas e quase antagônicas, uma que é a de ser pedagógico e outra que é a de dizer tudo. São as intenções mais antagônicas que pode ter. Se você quer ser pedagógico vai ter que dizer só um pedacinho de cada vez. Inclusive Ortega y Gasset é mestre nisso aí, em adiar, diluir o discurso para não dizer muita coisa de uma vez, porque ele está seguro de que quando ele disser você vai entender tudo. Então tem todo um rodeio para ter certeza de que o leitor o acompanhou. Mas esta habilidade propriamente retórica falta ao Mário. Mesmo porque se for comparar os dois são filósofos que estão em ambientes despreparados para a filosofia. Acontece que o Ortega y Gasset contava com um ambiente literário altamente desenvolvido, um público leitor cultíssimo mas de cultura literária; um público com um domínio muito grande da linguagem, um público que gostava de sua língua e que já tinha lido todos os clássicos da literatura espanhola. Então ele tinha de onde partir. O Mário não tinha nem isso. Por isso mesmo o primeiro livro da série é o livro mais desastroso para você começar a ler. Se você começar a ler o Mário por “Filosofia e cosmovisão” eu te garanto que você nunca vai entendê-lo.

Não deixa de ser interessante a gente repetir que a evolução do Mário foi muito temporária (???) e feita aos saltos, porque a passagem do estilo litero-filosófico para o estilo propriamente filosófico é repentina e coincide com descoberta ou a apropriação de certas idéias que já vinham sendo trabalhadas no fundo dele. Eu, de fato, não consigo explicar de maneira alguma para mim a evolução interior do Mário, para mim é um mistério. Porque você vai ver até

uma certa época um homem profundamente influenciado pelos temas nietszchianos. O Mário traduziu oito ou nove livros de Nietzsche diretamente do alemão e escreveu um comentário simbólico muito bonito sobre o Zaratrusta de Nietzsche, ele vive sob o fantasma de Nietzsche durante a maior parte de sua vida. Ora, todo mundo que é muito influenciado por Nietzsche tende a imitá-lo na expressão escrita, então tende a falar através de aforismos, a usar uma linguagem poética mais ou menos enigmática e nunca a uma argumentação filosófica, em regra. E até os quarenta e poucos anos o Mário só escreve assim, de forma bastante literária, poética – de má qualidade. O Mário acho que foi um caso de erro de vocação no começo, ele descobre tardiamente sua vocação. Você vê que ele tem muitos recursos mas não tem auto-crítica, contenção, que é a coisa básica para o escritor – qualquer idéia, qualquer figura ele põe no papel e vê se deu ou não deu. Além disso ele tem esse negócio de escrever demais e não ler o que escreve. De repente esse sujeito publica “Filosofia e cosmovisão” cuja intenção você só vai perceber claramente na medida em que você vê a continuação. E você de repente percebe que aquele indivíduo que era um cronista filosófico nietszchiano vira um filósofo no sentido formal do termo, ele está montando um sistema filosófico da maneira mais organizada que você possa conceber. E o mais paradoxal é que a mais extrema organização do pensamento filosófico começa a aparecer justamente num dos livros mais desorganizados, que é “Filosofia e cosmovisão”. Desorganizado primeiro por causa da duplicidade de intenção, ao mesmo tempo pedagógica e ao mesmo tempo é enunciada uma doutrina final. Ele queria dizer só um pouquinho mas também queria dizer tudo ao mesmo tempo. Mas à medida em que ele vai publicando todos os outros livros você vê que está diante de uma construção filosófica de tipo antigo, como as metafísicas clássicas, do idealismo ou dos escolásticos. Ou seja, ele redige tratados sobre cada uma das disciplinas filosóficas. Primeiro ele tem uma concepção própria das disciplinas filosóficas, ele as rearticula, as redefine, demarca o ponto de cada uma, e vai consagrando um tratado a cada disciplina. Não apenas isto, mas ele procura expor o sequenciamento de uma maneira sistêmica de modo que nada escape e que ao mesmo tempo tudo esteja totalmente justificado.

Se você lê escritos literários dele já dos quarenta e poucos anos e compara com livros que ele publica a partir desta mutação é absolutamente incompreensível o que se passou com esse cara. Algo muito estranho se passou porque ele era apenas um escritor de não muito talento, mas de muita cultura, e de repente você vê um filósofo completo. Então eu suponho que todas essas idéias foram trabalhando dentro da cabeça dele e ele mesmo não percebeu, foi um processo meio inconsciente. Houve uma época na vida dele em que ele consultou ||| e ela fazia a leitura de horóscopo por escrito, pegava o horóscopo e lia para o sujeito na presença dele e conversava em cima daquilo ||| o que ele tinha realizado até então aquilo tem uma intenção de um exagero brutal. Ora, o Mário tem uma idéia de que se esse negócio de astrologia tem algo a ver com a realidade, ele só pode ter a ver com um estrato muito profundo da personalidade que nem sempre equivale à personalidade concreta que o indivíduo está mostrando no seus atos. Mas há um pouco de possibilidades disso ter sido ignorado totalmente pelo sujeito a vida inteira. É aí que entra a distinção entre caráter e personalidade. É impossível você ignorar a sua própria personalidade, até um louco conhece, porque esta se constitui do conjunto de valores, referências, gostos que você sabe que tem, mas você pode ignorar o caráter, que é a estrutura profunda que está por baixo daquilo. Então eu acredito que essa leitura de horóscopos tenha contribuído - além de outros acontecimentos da mesma época que eu ignoro e que daria um trabalho medonho para sondar - para que esse homem aceitasse que ele tinha que fazer um algo a mais. É claro que o sujeito num meio bastante rudimentar, mas não tanto quanto hoje, na época ele trabalhava na editora Globo do Rio Grande do Sul, que foi uma editora que publicou coleções de clássicos da literatura e traduções que também viraram clássicas. A edição brasileira da Comédia Humana de Balzac, a edição completa, ganhou um monte de prêmios internacionais e talvez seja a melhor edição da Comédia Humana que se fez no mundo. Também editou o Proust inteiro, Tolstoy, um monte de clássicos, e isto circulava bem na época em edições grandes e elegantes e o Mário era tradutor da editora. Ele não estava num meio inculto totalmente mas num

meio sem retaguarda filosófica nenhuma. Então é muito possível que toda essa preocupação profunda do Mário com certas questões filosóficas fundamentais permanecesse reprimido até mesmo dentro dele. Tudo aquilo que você não tem meios de verbalizar é como se não existisse. Conta a filha dele que um dia ele estava fazendo uma conferência e no meio da conferência ele repentinamente parou e disse: desculpe eu interromper a conferência mas eu tive uma idéia e tenho de ir para casa escrever. E foi. O que ele escreveu? Ele escreveu um sistema axiomático, que é um sistema que parte de certos princípios e vai deduzindo matematicamente as suas conclusões. Este sistema axiomático é a base interna de uma parte da obra filosófica dele.

Então esse foi o primeiro escrito que marca a inauguração do Mário Ferreira dos Santos como filósofo propriamente dito. Antes ele era o que se chama de filosofante. Um filosofante é alguém incapaz de filosofar mas que escreve alguma coisa sobre filosofia, como tem tantos, e filosofantes altamente qualificados. O José Guilherme Merquior é um filosofante, o maior dos filosofantes, mas não é um filósofo. Então o Mário era um filosofante e de repente ele aparece como um filósofo capaz de pegar questões fundamentais da filosofia, recolocar, com uma grande coragem, recolocar tudo desde a base, e criar um novo sistema filosófico. Então ele redige esse sistema axiomático, que dá umas trezentas e poucas teses, com as suas conseqüências todas, redige isso muito rapidamente, e daí surge a idéia do que ele chamou de “Enciclopédia das ciências filosóficas”. A idéia era tão confusa no início que ele até hesita no nome, às vezes “Enciclopédia das ciências filosóficas e sociais”, outra vezes “Enciclopédia das ciências filosóficas e culturais”, e às vezes apenas “Enciclopédia das ciências filosóficas”. Ele deu três títulos, nós vamos abreviar e usar o mais curto.

Então ele bola o esquema da ECF, que é um conjunto de obras cuja divisão por volumes corresponde rigorosamente às partes do sistema, você tem idealmente pelo menos uma obra para cada disciplina, e os primeiros volumes correspondem às disciplinas de base e à medida em que você vai avançando na numeração dos volumes você vai penetrando em zonas cada vez mais altas do pensamento filosófico. Como nós supomos que fez Aristóteles – isto se refere à organização que Andronico de Rhodes deu às obras de Aristóteles e não à do próprio, porque nós não sabemos que organização Aristóteles deu – seriam as obras sobre o método primeiro, depois as obras de filosofia da natureza, de física, depois as obras de metafísica, completando a filosofia teórica, depois as obras de filosofia prática, a Ética e a Política, e finalmente as obras de filosofia referente às técnicas, a filosofia criativa, que seria a Poética e a Retórica. O Mário cria uma organização desse tipo que tem a pretensão de que a organização dos volumes corresponda rigorosamente à distribuição das matérias, coisa que não acontece sequer na obra de São Tomás de Aquino. Um sujeito no qual isso acontece é Kant. Kant tem uma obra de teoria do conhecimento, de ética, de física, tudo organizadinho, para cada disciplina pelo menos um volume.

Mas esse sistema que ele escreve tudo de uma vez não é a primeira coisa que ele publica. Dessa enciclopédia que ele inventa ele começa a escrever os dez primeiros volumes de uma série que se completaria com uns cinqüenta e poucos. Ele desde o início já tem mais ou menos uma idéia dos cinqüenta e pouco volumes que ele precisará escrever para expor o sistema todo. Mas ele começa a fazer somente os dez. Do décimo-primeiro em diante ele tem alguma idéia mas em alguns casos ele ainda hesita. Tem livros que ele promete mas não escreve, outros ele escreve mas não prometeu, e assim por diante. Mas no geral a obra que ele chega a realizar corresponde bastante de perto ao plano esboçado no começo. E esse sistema que ele redigiu na interrupção dessa conferência corresponde mais ou menos ao conteúdo do décimo volume dessa primeira série, que ele chamou de Filosofia Concreta. A Filosofia Concreta é a exposição sistemática do pensamento do Mário Ferreira e os nove livros anteriores são o desenrolar não sistemático mas pedagógico, onde ele vai abordando as questões não por sua ordem de importância mas por disciplina. Tem esse primeiro livro que seria uma introdução geral à filosofia, “Filosofia e cosmovisão”, depois você tem um livro de lógica, Lógica e Dialética, depois tem um livro de Teoria do Conhecimento, um livro de Psicologia, depois tem um livro sobre simbolismo, Tratado de Simbólica, e depois tem um livro chamado Filosofia da Crise, que é a justificação do

pensamento do Mário Ferreira em função do estado de nosso tempo, é quase uma filosofia da cultura; depois você tem uma teologia filosófica, depois você tem uma obra que ele chama de Noologia, que seria o estudo das naturezas e propriedades do espírito, e finalmente você tem a Filosofia Concreta, que é o fecho do sistema. Se da obra do Mário tivessem sobrado somente esses dez nós teríamos já uma idéia de conjunto mas não do alcance total que ele iria dar a seu pensamento. Então a coisa certa é começar do fim, é começar da Filosofia Concreta, porque a idéia do Mário era de que tudo que você apreende você começa com uma síntese inicial confusa; depois você analisa, corta em pedaços e você monta uma síntese final clara e distinta. Mas se você for ler os livros pela ordem você não vai ter exatamente essa experiência, você vai entrar direto numa análise e você vai se perder, você não vai pegar a noção de conjunto. Então eu sugiro essa inversão: você pega a Filosofia Concreta em sua redação final – o Mário fez redações da FC, primeiro em um volume, depois em dois, depois em três, e na terceira ficou bem arrumadinho mesmo.

Aluno: mas se o aluno for iniciante de filosofia vai ser complicado fazer essa ordenação.

Mas vai ficar mais complicado se começar pelo primeiro. Todas as pessoas que leram Mário Ferreira dos Santos ficaram numa confusão mental... e eu fiquei durante quinze anos pensando como fazer para sair dessa confusão mental, eu também fiquei numa confusão. Agora, eu li o Mário Ferreira sem ter nenhuma referência a respeito dele, não sabia nada. Uma aluna minha, que era uma besta quadrada, e que a única coisa que ela fez de bom na vida, a única coisa útil foi me trazer esses livros. Daí eu comecei a ler de noite e percebi que ou ele era um louco completo ou era um dos maiores filósofos de todos os tempos, e precisava ler o resto para tirar a dúvida. Então eu tive essa chance de não ter nenhum preconceito nem a favor nem contra. Agora, quando você vai ler sabendo que lá tem alguma coisa, as coisas que você vai pegando nem sempre são exatamente as que você deveria pegar. Primeiro pode acontecer que o indivíduo não tem cultura filosófica e as coisas que lhe atraem a atenção sejam simples informações referentes à filosofia de Platão, Aristóteles, ou São Tomás de Aquino e você vai ficar deslumbrado com aquilo, achando que é o Mário Ferreira mas aquilo de Mário Ferreira não tem nada. O Mário não é um autor para principiantes. A pior que pode acontecer na sua vida é você começar o seu estudo pelo Mário Ferreira, porque você faz uma confusão dos diabos. É como dar a uma criança que está aprendendo a ler uma Enciclopédia Britânica com as páginas rasgadas e mandar que ela ordene. Existe uma ordem, não é impossível reconstitui-la, mas não é uma experiência pela qual um principiante possa passar sem ficar um pouco traumatizado com aquilo e sem criar idéias absolutamente fantásticas, que não vão corresponder à realidade de maneira alguma. A filosofia do Mário é um negócio tão poderoso que ela desorientou muita gente na época. Eu conheço um sujeito que praticamente pirou da cabeça tentando – ele era estudante de Wilhelm Reich – articular a filosofia do Mário com Reich e ainda misturou com candomblé e macumba. Claro que o Mário não tem nada a ver com isso, é apenas um cara que entrou dentro daquilo sem a atitude devida. Se você não sabe mesmo o que é uma filosofia não vai procurar nada no Mário. Aquilo é para quem já sabe o que é filosofia, e sabe muito bem. Porque seria como a obra de São Tomás de Aquino mas em desordem. Quer dizer, a possibilidade de você ir direto ao que é essencial é mínima. E é por isso mesmo que essa obra continua desconhecida. Ela não é boa para o principiante, ela vai desorientar o sujeito, ela é muito grande e muito ampla. É uma internet. Então você tem que mapear o negócio, ver por onde pode entrar e ir por partes. Vamos pegar as partes que interessam e onde está o pulo do gato. E não fazer isso fora do contexto de um estudo geral da filosofia. Portanto não tenha a ilusão de se iniciar na filosofia através do Mário. Não dá para fazer isso.

Eu acho que o próprio intuito pedagógico que o Mário teve só atrapalhou. O livro que ele escreveu sem nenhum intuito pedagógico que é a Filosofia Concreta e que era um simples sistema axiomático, que é uma leitura para filósofos, está muito mais claro e muito mais eficiente do que as coisas que ele fez antes. Mesmo porque nos primeiros livros da série ele começa a

expor certas noções que são puramente de ordem enciclopédica, informação geral, o que se entende por tal palavra, o que se entende por tal outra. Quando você vê ele repentinamente passou do uso corrente da palavra para o uso específico dele e não avisou nada e daí você se estrepa todo. É próprio de uma filosofia nova reconceituar todos os termos básicos da filosofia, vai dar uma acepção nova a cada palavra. Cada filosofia tem o seu vocabulário, não tem jeito de não ser assim. E o Mário quando começa ele não sabe se ele vai usar a filosofia dele, as acepções dele mas que ainda não estão prontas ou aquelas que já estão prontas mas não são dele. E isto cria uma hesitação que para o leitor é um desastre. Eu tive muita sorte de começar a ler pelo Pitágoras. Por acaso eu catei lá no meio o Pitágoras e o Tema do Número, que é um dos decisivos, é um livro importante e que não faz parte da primeira série. É um livro isolado, com começo, meio e fim e que até dá para você entender fora do contexto da filosofia inteira do Mário.

O essencial aí é mapear o conjunto para ver onde o sujeito quis chegar e em que medida que ele realmente chegou. Essa primeira série de dez livros seria na cabeça dele na época o essencial da filosofia dele e o resto seriam aplicações pelas quais ele ia ilustrar esse sistema ao qual nessa época ele chamava Filosofia Concreta. Acontece que quando ele terminou essa série de dez ele começou a escrever os volumes seguintes que ele chamava de livros de problemática. Você tem os livros de temática que são os livros que vão se dividir pelas disciplinas e tem os livros de problemática que partem de algum problema em particular e aprofundam esse problema. A segunda série então seriam os livros de problemática, ou seja, com a filosofia e os métodos criados nos dez primeiros volumes ele atacaria esse, aquele ou aquele outro problema que tem interesse para a filosofia contemporânea de algum modo. Acontece que durante essa segunda fase lhe ocorrem certos aprofundamentos da filosofia que ele tinha concebido na primeira parte que ele mesmo jamais poderia prever. Quer dizer, na verdade você tem três Mários: o Mário Ferreira escritor, filosofante; depois você tem o MF filósofo dos dez primeiros volumes, da FC, que é o nome do último volume e também do sistema inteiro nesta época; e depois você vai ter o MF da fase final, e ele muda o nome do sistema, que agora se chama Mathesis Megisto, quer dizer, ensinamento supremo. Se a FC já é uma tentativa de fundamentação de todo o mundo do conhecimento, na Mathesis ele vai dar o fundamento mais profundo ainda. E ele concebe a ambição de criar um modo de raciocínio que funcione para ele como uma meta-linguagem de todo o conhecimento possível. Uma linguagem na qual você possa abordar todas as ciências e estabelecer a conexão de todas elas. Mais ainda, ele cria a idéia de que ao longo da evolução do pensamento filosófico houve uma série de constantes, uma série de máximas, sentenças, frases, juízos que se repetiram, que todos os filósofos sempre concordaram, pelo menos os mais importantes. A este conjunto de teses ele chama as positivities – não no sentido comum e sim no sentido etimológico, daquilo que é posto. Quer dizer, a filosofia positiva é o contrário da filosofia crítica. Esta é a que vai analisar e derrubar os conceitos, a filosofia positiva é a que vai pôr. Então ele acha que ao longo da história da filosofia surge uma série de positivities que não apenas se repetem mas que podem ser organizadas em um sistema, que elas somam uma espécie de sistema dedutivo dentro delas e que isso formaria uma espécie de meta-filosofia. A esta meta-filosofia ele chama Mathesis Megisto.

Aluno: mas de certa forma a filosofia concreta já era isso.

Já era mas não era. Já era mas ele não sabia que era. E por isso mesmo ele muda o nome do sistema. Ele percebe que ele deu um passo. O sujeito é um prodígio filosófico, ele criou de fato dois sistemas filosóficos, só que um está dentro do outro. Então a FC fica sendo uma introdução à Mathesis Megisto. Para o indivíduo chegar ao último patamar da coisa ele vai ter de passar por uma série de etapas. A primeira etapa então pode ser abreviada todinha nesse volume dez que se chama FC. O que é a FC no entender dele? A FC é uma tentativa, um sistema axiomático todinho feito de evidências ou provas. Aquilo que não for automaticamente evidente terá de ser provado, e nada pode sair disto. Então parece a metafísica clássica num sentido de

usar o sistema axiomático como Spinoza, como uma organização geométrica. Mas ao mesmo tempo não se limita ao processo espinoziano porque à medida em que ele vai construindo o seu sistema axiomático ele vai calçando com comentários críticos. Quer dizer, ele vai dialetizando, ele vai fazer uma construção lógica e linha reta – uma coisa leva à outra, à outra, e assim por diante – mas ao mesmo tempo ele vai dialetizando. Na primeira tacada ele escreve só essa linha central da dedução mas depois ele vai acrescentando corolários, comentários, escólios... que vão calçando a coisa por tudo quanto é lado. O conjunto do edifício é muito consistente. Ele diz que o problema básico de toda a filosofia é encontrar o que ele chama de ponto arquimédico, que é algo que não pode ser negado de maneira alguma. Enquanto Descartes acredita encontrar este ponto arquimédico na própria consciência, quando ele diz que não pode negar que está pensando, o Mário parte de uma base que não é interior, não é subjetiva, mas também não é exterior. A afirmação da qual parte a FC é *alguma coisa há, algo há, algo existe*. O que é esse algo? Esse algo é por um lado o conceito mais vazio que você pode supor mas também é o mais cheio. Então a primeira constatação do Mário é a da impossibilidade da negação total, não existe negação total. Na hora em que você negar essa afirmação pelo menos a negação há. Esta é a coisa mais evidente. Se *algo há* então não há o nada absoluto. Se o nada absoluto não existe ele também não age. Portanto todas as privações ou negações que existam têm que ser em função de algo que há, de certo modo é um efeito, uma manifestação ou um aspecto do algo que há. Então a partir dessas constatações iniciais ele vai construindo todo um sistema axiomático até fundar as bases da metafísica, da psicologia, da teoria do conhecimento, e assim por diante. Ele acredita que é possível reduzir a doutrina filosófica a uma forma inteiramente matematizada, dar à dedução filosófica uma continuidade tão grande quanto a de uma demonstração matemática. Porém, ele distingue muito bem o de que ele está falando, o objeto, e a atividade cognitiva que o apreende. Então todo conhecimento tem um lado ontológico, que é o objeto, e vai ter o lado psicológico, que é a atividade cognitiva que você desempenha. Não em função da natureza do objeto mas em função da sua própria natureza de sujeito cognoscente você não pode se ater exclusivamente à demonstração lógica, porque a sua mente suscita contradições. Então de cara ele percebe que uma abordagem unilateralmente lógica não funciona e que ele vai ter que recorrer a uma dialética.

O que é a dialética? A dialética, diz ele – ele privilegia nessa raiz *dia* a acepção do através de – ele vê a dialética como um pensamento que vai através de hipóteses, ou através de erros, buscando alguma coisa. É um pensamento essencialmente crítico, e crítico de si mesmo. E nesta dialética ele vai ver justamente que a partir da hora em que você tem uma abordagem lógica e uma dialética, ele vai ver que há a impossibilidade de abordar qualquer objeto num plano único. Então pergunta ele: de quantas maneiras nós temos que olhar o objeto para nós termos certeza de que o cercamos? Então surge na cabeça o primeiro esboço na cabeça dele do método que ele vai chamar de decadialética, que é um conjunto de dez pontos de vista – tem que ser dez porque a partir do décimo você começa a se repetir, e até o décimo eles são distintos – então ele diz que qualquer objeto, qualquer conceito ||| fictícia, pode ser a unidade do engano; mas ele é um engano e não dois. Então, mesmo que você conceba um conceito que seja obtido por mera acumulação de detalhes inconexos, ainda assim essa coleção é uma coleção e não duas. Mesmo aquilo que tenha o mínimo de unidade terá alguma para você saber que ele é ele. Essa é a primeira característica. Então em primeiro lugar temos que olhar a unidade do objeto. Mas se a unidade do objeto for uma unidade absolutamente simples ||| então qual é a contradição máxima que existe dentro desse objeto? Essa seria a segunda abordagem. No mínimo você teria que olhar o objeto, saber o que é, saber a unidade dele, e qual é a contradição máxima que existe dentro dessa unidade. Porém, essa unidade e essa dualidade, pelo simples fato de você ter unidade e dualidade, você já estabeleceu uma relação qualquer entre elas. Em que medida esses dois fundam a unidade e em que medida a unidade gera a dualidade? Isto ele chama de relação. Com isso aí ele vai formando o sistema dos dez enfoques: primeiro a unidade, segundo a dualidade, terceiro a relação. Agora, a hora em que você consegue equacionar essa relação e dizer qual é ela, você a enuncia sob a forma de uma proporção. Proporção quer dizer uma fórmula do tipo: $a/b = x/y$. Quer dizer que a dualidade equacionada e expressa é sempre uma quaternidade.

Essa é uma lei: todo par é um par de pares. Se você colocar a e b, você colocou aparentemente só dois elementos. Mas se você colocou uma ordem entre eles, a primeiro e b depois, então já colocou implicitamente a negação dela, senão ela seria impensável. Quer dizer, a dualidade em si não é pensável, a unidade também não. Você sabe mais ou menos o que é, mas você sabe por um ato de intuição intelectual, você não é capaz de expressar o que é. O expressável começa a partir dessa quaternidade. Quer dizer que é uma relação $a/b = x/y$. Como em geometria, você tem aqui um ponto e ali outro ponto, então existe uma figura chamada miponto. Você não pode estabelecer um miponto sem que você estabeleça a distinção entre um ponto e outro. Mas na hora em que você colocou uma distinção lógica, *este ponto não é este outro ponto mas ambos são pontos*, então você colocou dois elementos, uma identidade e uma diferença, você formou uma quaternidade. Sem isso ela não seria pensável. Então aí você estabelece a categoria da proporcionalidade. Porém esta proporcionalidade, por sua vez, é ela o resumo da forma total do que você sabe do sujeito, então esta quaternidade tem sua unidade, ela é uma forma. Então isto dá a quinta categoria que se chama forma. A forma é a unidade, mas já não a unidade simples do começo mas é a unidade de uma contradição montada num sistema de proporções.

Aluno: na verdade todas as categorias têm uma forma que é sempre superada na próxima.

Todas ela. Todas as categorias têm uma forma, mas também têm uma proporcionalidade, também têm uma relação. Então essas categorias são inseparáveis. Só que neste momento em que ele está concebendo a FC e para isto está concebendo este método que ele chama dialética concreta, ele encara isto apenas do ponto de vista metodológico, é apenas um método. Mais tarde que ele vai descobrir que isso não é só um método, que é mais alguma coisa. A partir do momento em que você tem a forma você vai ter a relação entre esta forma, que é uma unidade, e uma outra unidade possível qualquer. Quando você pegar uma unidade completa, que seria como um pentagrama, este pentagrama também é um ponto. Então se você pegar esta unidade completa e considerar em face de uma outra unidade qualquer você vai ter uma harmonia, uma semelhança de forma entre esta e aquela. Isto se chama harmonia. Então quando você chegar aqui você já não está falando de um objeto só, entrou um outro. Então todo o objeto, todo o ser que você compara com um outro qualquer tem que ter algum padrão de harmonia entre os dois senão você não poderia estabelecer comparação nenhuma. Porém existe o seguinte: pode ter harmonia mas um não é o outro. Então esta é a categoria da separação ou do abismo, ou da crise. A crise é a irreducibilidade de uma coisa à outra. Porém entre esses dois objetos que ao mesmo tempo têm alguma harmonia, para poder ser comparados, mas também tem uma crise, um abismo, esses dois, se você está podendo falar deles, é porque há algo em comum que os subordina, eles pertencem à alguma linha, à alguma categoria, à alguma lei que os transcende de alguma maneira. Isto se chama integração.

Aluno: seria uma relação maior entre um e outro?

É uma relação que abarca a ambos. Então essa seria a oitava categoria, que se chama integração. Mas acontece que tudo aquilo que está integrado um com o outro está integrado no conjunto todo. Então todas as coisas que têm alguma conexão entre si estão conectados de alguma maneira no conjunto, e isto se chama integração transcendental. Porém, tudo isto que está integrado se está integrado num todo é porque este todo também tem unidade. Então a redução do todo à unidade forma a décima categoria que se chama a unidade transcendental.

Quer dizer, a hora em que você conseguiu pegar um ser qualquer e olhá-lo por todos esses lados você realmente o entendeu. Então você sabe qual é a unidade que ele tem e que portanto o distingue. Ele é um cachorro, um bicho, uma equação, uma idiotice, qualquer coisa. Qual é a contradição que o compõe? Qual é a relação entre as duas partes da contradição e como nós podemos equacioná-la numa fórmula proporcional? Qual é a forma que essa fórmula proporcional adquire dando a este ente a figura de uma unidade distinta? Ou seja, não é uma

unidade simples como no começo. Qual é a harmonia e a separação que há entre este objeto e os outros que o circundam? Aí ele chama a normal: a lei que os integra. Esta lei por sua vez está integrada em qual conjunto de leis e qual é a unidade de leis deste conjunto no todo? Aí você sabe tudo que dá para saber, supondo-se que você pudesse saber isto a respeito de alguma coisa, então você teria aí a resposta final sobre o que é aquilo lá, sem cair nem no abstratismo que só vai ver os aspectos gerais e universais da coisa nem no nominalismo que só vai ver o aspecto separativo e empírico. Quer dizer que a separação do objeto em relação à sua classe, espécie, gênero, é importantíssima, mas a integração também, e você só compreende uma pela outra e a outra pela uma. Não existem separadamente. Quem está certo, realismo ou nominalismo? Os dois. Se você não conseguir integrar você não vai entender porra nenhuma. Qual está certo, materialismo ou espiritualismo? Os dois.

Aluno: daí que entra a positividade de que ele falou.

Exatamente. É com este método, decialético que ele vai complementando esta dedução que ele faz na FC. Ele vai fazer um sistema axiomático mas preenchido de abordagens dialéticas que passam por esses dez níveis. Tudo isso em tese, não atacou nenhum problema concreto, ele está concebendo como mero conjunto de possibilidades. Ninguém nos disse que é possível uma filosofia assim e, de fato, a FC não realiza isso, ela apenas enuncia. Daí se segue a segunda série de livros, que são os livros de problemática onde ele vai mostrar que pensando assim a gente chega em algum lugar e a gente pode resolver problemas concretos de moral, teologia, metafísica, política. E daí estaria realizado o trabalho. Acontece que daí ele ataca o problema do Pitágoras. Eu não sei se a esta altura quando ele fez a FC ele já estava consciente de que ele era um pitagórico.

Aluno: a ordenação da primeira série foi inconsciente?

Não, foi consciente. Foi uma ordenação dele, mas isto não quer dizer que ele soubesse perfeitamente dentro de qual tradição filosófica que ele estava. Ele pode ter percebido tudo num relance, só que num relance. Isto não quer dizer que especulativamente, no espelho de sua mente, você seja capaz de reproduzir aquilo. Você pode ter a sacação intuitiva mas na hora de tentar lembrar você já produz uma redução. A intuição filosófica dele é idêntica desde o primeiro livro até o último, desde a “Filosofia e cosmovisão” até a Matesis certamente a intuição é a mesma. Mas isso vai passar por várias representações sucessivas que vão ficando cada vez melhores. Ele vai tomando consciência de algo que no fundo ele já sabia desde o início. Todos nós somos assim.

Quando ele vai atacar o problema do Pitágoras, especificamente no livro “Pitágoras e o tema do número”, ele relê todos os textos que foram deixados pela escola pitagórica, comentários, etc, e aí ele faz uma descoberta formidável: ele descobre primeiro que Platão é um pitagórico – ele não foi o primeiro que disse isso, mas ele se conscientiza disso – e de que por trás de toda a teoria das idéias tinha que ter um outro patamar da filosofia platônica que seria mais ou menos essa decialética que ele acabou de inventar. Quer dizer, ele acabou de inventar e depois descobriu que não inventou. Ele vai dizer então que quando Pitágoras dizia que os números, que as coisas são feitas de números, quer dizer, que os números eram a substância real das coisas, ele não diz isso do número no sentido matemático concreto mas do número como expressão da forma do ser. Ou seja, o que é o número de um ser? É a fórmula dele. E ele vai dizer que é a lei de sua proporcionalidade intrínseca, é aquilo que faz com que ele seja o que é. E todo esse sistema dos números vai ter no topo o um e o dois, o um e a díada. Ora, mas o um e a díada já era o começo também da dialética simbólica. Então aí eu já acho que o Mário já não sabia mais se a filosofia era dele ou não era, porque aí ele descobre a cadeia áurea que vem desde Pitágoras até agora e todo mundo pensou exatamente a mesma coisa. Então ele já não sabe se ele está fazendo uma coisa que saiu de seu pensamento ou se está fazendo a mesma filosofia de

sempre. E também não interessa mais porque aí ele já entrou num patamar onde isso já não vem mais ao caso. Então aí já não se trata mais de expor a filosofia do Mário Ferreira mas de expor a Mathesis Megisto, quer dizer o pensamento que expressa aquelas verdades axiomáticas fundamentais que todos os filósofos pensaram mais conscientemente ou menos conscientemente, mais claramente ou menos claramente, desde o começo dos tempos.

Fim da primeira aula.

A simetria total do negócio não é tão perfeita assim. Mas eu acho que é até impossível realizar isso no prazo que ele teve para trabalhar. Nessa segunda série naturalmente não existe uma numeração porque nós temos os livros do que ele chama de problemática, então pode ter um número indefinido de assuntos, são simples exemplificações. Então ele começa a segunda série com um livro de ética e de sociologia e de filosofia dos valores. E naturalmente a pista que ele vai seguir para a solução dos problemas aí é o problema da falibilidade, o problema da previsibilidade, onde você vai ter que entrar em problemas de natureza ética à medida em que existe margem para uma decisão e esta só é cabível onde existe a possibilidade da falha.

Mas ele não se interessa muito por problemas éticos. Eu acho que ética é um assunto para cérebros inferiores. Ética no fundo é dizer o que os outros devem fazer, é ocupação para desocupados. Então deve-se tocar o mínimo nesse assunto e com um certo comedimento. Dos grandes filósofos poucos se ocuparam disso aí. Aristóteles tem dois livros de ética mas isso se perde dentro do oceano de obras dedicadas a outras coisas. A ética de Spinoza na verdade não é uma ética mas é uma metafísica. A ética como é filosofia prática certamente é um domínio menor. Nesta segunda série de livros do Mário os pontos de máximo interesse são o livro sobre Pitágoras, evidentemente, e os estudos que ele vai fazendo a respeito das obras dos filósofos antigos. Ele lançou uma série de traduções comentadas. Quando ele vai calçar Platão e Aristóteles ele ainda é o filósofo da primeira parte, mas quando ele chega no Pitágoras a coisa começa a tomar um outro rumo. Para entender esse outro rumo nós precisamos ter uma idéia mais precisa do ponto onde ele estava na FC. Para isso eu vou ler e comentar algumas das teses da FC.

O Mário primeiro escreveu um certo número de teses, umas trezentas e poucas, que formavam o encadeamento de um sistema dedutivo. Depois ele faz demonstrações e comentários. Nós vamos ver, desde logo, as dez primeiras teses. Não por coincidência ele fecha o início do sistema com as dez primeiras.

Primeira tese: alguma coisa há e o nada absoluto não há.

Segunda tese: o nada absoluto, por ser impossível, nada pode.

Dos comentários que eu selecionei aqui tem o seguinte: “para poder é preciso ser, portanto o nada absoluto nada poderia fazer. Se pudesse fazer alguma coisa, já seria alguma coisa e não o nada absoluto. Portanto nada podemos esperar que dele provenha, porque não é nada”.

A terceira tese sai aparentemente dessa linha, que está numa linha ontológica, e ele vai dizer que existe não somente a prova por demonstração mas a prova por mostração. A prova por mostração é a prova por auto-evidência. Então diz ele que o conceito de demonstração implica o conceito de mostrar, quer dizer, a demonstração seria uma mostração indireta. Isso aí, para aqueles que acompanharam as minhas outras aulas, é exatamente a idéia da evidência da prova. “A primeira certeza tem naturalmente que ser mostrada” – a demonstração exige que algo seja definitivamente mostrado para que algo possa ser demonstrado por ela – “o axioma *alguma coisa há* é evidente de per si e mostra a sua validade de per si independentemente da esquemática humana” – isso aqui eu já vou explicar o que ele quer dizer com isso – “pois esta pode variar, podem variar os conteúdos esquemáticos, mas que *alguma coisa há* é evidente para nós e extramentis” – independente da mente humana.

O que ele quer dizer com evidente de per si? Algo que não requer e nem admite prova. Mas eu mesmo depois descobri que a característica do auto-evidente é que ele não admite uma contraditória unívoca, que se tentar formular a contraditória dele você cai necessariamente numa sentença de duplo sentido. Se você diz que *algo há* qual é a contraditória disto? *Algo não há* ou *nada*

há? As duas, não é? Qual das duas vale? Qual é o contrário de *algo há?* É *algo não há* ou é *nada há*, mas não dá para saber se é uma ou outra. As duas valem como contraditória dela, e isto é indecidível. E isto sempre acontece com os juízos auto-evidentes. E isto é uma propriedade fantástica. Isto não está no Mário, eu que descobri e tenho um espanto por ninguém ter reparado nessa coisa antes. Porque o problema com o conceito da evidência é que nele parece que existe um resíduo irracional. Se todo raciocínio lógico tem um fundamento, que por sua vez não é demonstrável, então toda a demonstração depende de algo que não é demonstrável. E esse algo de onde vem? É um mistério, é algo que se impõe por si mesmo, é algo que escapa do mundo da razão. Então nós temos que ter também um critério lógico para decidir o que é evidência e o que não é. E está aí o critério. Todo juízo evidente não pode ter contraditória unívoca. Por que é assim? Aí eu também não sei, só posso dizer apenas que é um fato que descobri, mas ainda não sei os fundamentos desse fato. Mas toda vez que você tentar vai acontecer isso. Por exemplo, esse *algo há* afirma a existência de um particular, que é o algo, mas ao mesmo tempo, ao afirmar o particular, ele afirma também coerentemente o seu gênero. Quer dizer que se algo existe, existe a existência; se existe esse algo em particular é porque existe a existência em geral. Então aí você tem o sentido particular e o sentido geral imbricados na mesma frase. Você não precisa decidir, para que a sentença geral valha, você não precisa decidir se além desse *algo há* há, alguma outra coisa também, basta que exista um algo para que a sentença seja válida seja no sentido particular de que este algo há, seja no sentido genérico de que algo em geral há. Quer dizer, não há salto, não há incoerência entre o sentido particular e o sentido geral. Por isso mesmo a contraditória vai visar de um lado o sentido particular e de outro o sentido geral, só que aí fica contraditório. Uma coisa é você negar a existência de um algo e outra coisa você negar a existência de tudo. O contraditório da sentença *algo há* são duas sentenças que são totalmente diferentes entre si e que não podem ser reduzidas uma à outra, uma no sentido de que algo não há ou de que nada há. Bastaria isso para você perceber que está lidando com um conhecimento que é auto-evidente e com o qual, portanto, você não pode lidar na esfera da lógica, vai entrar na esfera dos fundamentos da lógica.

Em seguida o Mário vai dizer que a demonstração exige o termo médio e que a mostração não exige. “A mostração segue uma via intuitiva. A evidência do que se mostra impõe-se por si mesma, pois a sua não aceitação levaria ao absurdo. Também se pode fazer uma demonstração direta pela mera comparação acima citada; ou indireta, como a *reductio ad absurdum*”. Aqui você vê que ele só admite como tentativa de prova lógica da evidência a redução ao absurdo. Se você contradiz aquela sentença você chega num absurdo. Aí é que eu acrescento algo mais: além da redução ao absurdo existe uma outra, se não uma prova pelo menos um indício, que é a impossibilidade da contraditória unívoca. A redução ao absurdo não prova efetivamente uma tese, apenas prova a absurdidade da sua contraditória. Agora, uma sentença absurda pode ter uma contraditória também absurda. Se você disser que todos os homens são vivos. Esta sentença é absurda evidentemente. No entanto se você contraditar você tem que nenhum homem é vivo e esta também é um absurdo. Então a prova do absurdo do contrário não é uma prova positiva de um juízo. Então a evidência sempre fica um pouco sob suspeita por causa disso, nós sabemos que o contrário dela é absurdo ou leva a absurdos mas isso não quer dizer que ela seja verdadeira em si mesma. Agora se você diz que o contrário é informulável, o contraditório dela não apenas é absurdo logicamente mas é informulável, não dá para formular. Então você entende que este juízo tem uma necessidade intrínseca. Ele se afirma a si mesmo e exclui a possibilidade de formular o contraditório. Uma coisa é você ter uma idéia que seja absurda e outra coisa é você ter uma idéia que não dá para ser pensada, não é sequer formulável, portanto ela não quer dizer nada. Então nós diríamos que como o contraditório de uma sentença evidente é uma sentença ambígua, o ambíguo, como ele pode ter dois sentidos contrários ele não pode ter sentido nenhum. Então não é que o contraditório da sentença evidente leve a absurdos, ele não tem significado, ele não diz nada.

Então aí a gente chega num ponto muitíssimo importante que vai faltar no Mário Ferreira mas que acho que é uma das bases para validar essa coisa, que é de que existem dois planos de

conhecimento: um seria o plano da intuição das essências simples – gato, homem, parede – e outra a dos complexos, onde você forma juízos – esta parede é branca, o gato miou, e assim por diante. Aristóteles dizia que no que diz respeito à apreensão das essências simples não existe erro, só existe erro quando você afirma algo. Quando você pensa na essência gato não há erro; pode haver um erro de denominação, você pensa numa essência mas no nome de outra, mas o que você está pensando é verdadeiro em si. Se eu penso gato e digo peixe, errei a palavra mas o conteúdo do conceito pensado é verdadeiro em si mesmo. A possibilidade de erro só começa a partir da declaração do juízo. Quando você diz que isso é aquilo, este peixe é grande ou esse gato está miando. Acontece então que tudo aquilo que você apreende num certo senso ou num certo termo, se você o apreende não como um juízo que você faz a respeito desse ser mas como sendo a simples essência desse ser você não erra.

Quando você pensa assim: Sócrates é homem; é um juízo, então pode estar errado, Sócrates pode ser um hipopótamo, mas isso só no plano da composição verbal. Na verdade eu nunca pego o conceito de Sócrates sem que lá dentro esteja o homem. Portanto a hominidade de Sócrates é auto-evidente, e se eu tirá-la não é em Sócrates que estou pensando, é outra coisa. É como se fosse um retrato de Sócrates. Eu vejo uma figura e digo: este é Sócrates. Mas é claro que esse não é Sócrates, é só um quadro pintado, uma imagem de Sócrates. Mas para eu pensar essa essência individual Sócrates, eu penso enquanto homem. Eu não preciso formular o juízo Sócrates é homem para saber que ele é homem, na hora em que falo ‘Sócrates’ o que eu penso é essa essência de Sócrates, e sem nada afirmar ou negar eu já estou pressupondo dentro dela a hominidade. Agora se eu digo: o homem é um animal racional. Bom, na hora em que eu pensei Sócrates, eu pensei Sócrates separado de sua racionalidade e animalidade, de modo a depois ter desdobrar e afirmar Sócrates é homem e portanto é um animal racional? Não. Eu já pensei tudo isso, tudo isso já está na essência simples. Então é esse o domínio do que é intuitivo e verdadeiro. O problema é que para você expressá-lo você só pode expressá-lo pelas formas da lógica, portanto aquilo que você apreendeu como conceito você tem que expressar como juízo, tem que fazer uma sentença. Aquilo que você apreende como um nome só, Sócrates, você tem que expressar ‘Sócrates é um homem, homem é animal racional’, e assim por diante; você faz uma sequência de juízos que na realidade nada estão acrescentando, são apenas juízos analíticos, só estão analisando o conteúdo do conceito. Mas acontece que esses juízos analíticos já estão todos implícitos logicamente no conceito.

Agora, quando eu penso este conceito eu já o penso com todas suas implicações lógicas ou só com uma parte? Essa é uma diferença acidental e psicológica. Algumas vezes eu penso o conceito cheio, quer dizer, já com todas as suas determinações e todos seus conteúdos implícitos, outras vezes eu penso só o nome. Se eu penso só o nome então eu preciso captar a restante das características que eu desejaria apreender e daí eu preciso pensar, preciso fazer a dedução, e na dedução posso errar. Então existe a possibilidade de você apreender dentro de um conceito já todos os juízos analíticos que estão dentro dele e apreender isso tudo intuitivamente. E neste caso o sujeito apreendeu de maneira correta, automaticamente. Mas o que determina essa diferença? Nada determina essa diferença, ela é acidental, um pensa assim e o outro assado, depende da sua quantidade de atenção, depende da sorte. Então isto quer dizer que aquilo que para um é um conceito intuitivo para outro é um conceito racional. É uma diferença meramente acidental, no que diz respeito a esses conceitos simples. Aquilo que para mim é um conceito simples para o outro é uma sequência de juízos que ele deduziu. E não conheço nenhum meio legítimo de distinguir essas coisas efetivamente, distinguir teoricamente. Isto é um mero acidente. Quando você pensa em um ser que você conhece muito bem você já o pensa com todas as suas determinações e outros que você conhece apenas pela espécie, pelo nome da espécie, então você pensa ele só com uma definição vazia da qual você depois pode com muito esforço ir deduzindo.

Aluno: o Mário chega a fazer uma distinção formal entre animalidade e racionalidade, mas não uma distinção no ser, na substância.

Mas nem pode ser, no indivíduo homem a animalidade e a racionalidade não estão separados, são apenas nomes que você dá. A racionalidade do homem está dentro de sua animalidade.

Aluno: inclusive você pode num momento ter o conceito cheio e depois esquecê-lo.

Exato. Então você que toda essa distinção entre racional e intuitivo ela na verdade vem de uma confusão de fatos. Porque a mesma coisa pode ser por um lado racional e por outro intuitivo dependendo do momento que você a enxerga. É uma distinção meramente funcional e não real. Agora, até aqui o Mário só tinha chegado neste ponto de que o evidente é aquilo cujo contraditório é absurdo. Mas nós vimos que isso pode ser muito mais fundamentado.

Quinta tese: há proposições não deduzidas, inteligíveis por si, de per si evidentes (axiomas). Bom, ele já enunciou uma, que é: *algo há*.

Sexta tese: pode-se construir a filosofia com juízos universalmente válidos. Bastando que se estabeleça um juízo universalmente válido sob o qual se possa construir todo um sistema.

Sétima tese: o nada absoluto é a contradição de alguma coisa há. É fácil você perceber isso, já está constituído na própria *alguma coisa há*.

Oitava tese: o que há – é; é ser. O que não há é não-ser. Ele está apenas denominando.

Nona tese: a proposição *alguma coisa há* é notada suficientemente por si mesma. Note bem, por um lado ele diz que ela é auto-evidente em si, quer dizer, ontologicamente. Agora na tese nove ele fala do ponto de vista cognitivo. Quer dizer, nós não precisamos nos reportar a alguma outra coisa para compreender que *algo há*. Ou seja, o conhecimento de que *algo há* provém do fato de que *algo há*, e mais nada.

Finalmente, décima tese: *alguma coisa há* não é apenas um ente de razão, mas um ente real-real. Todo mundo sabe o que é o real-real.

Isto aqui é o miolo da filosofia concreta, é a fundamentação de uma nova metafísica realista. Isto também é o limite dessa série. Tudo que ele fez nesses dez livros vai chegar aqui nessas dez teses. É fácil você ver que essas dez teses têm uma estrutura similar aos números que as designam. Primeiro ele coloca esse algo, que é o ser. Na segunda tese ele coloca o nada, que é o contraditório do ser. Na tese três ele coloca o problema da prova, que é o silogismo, o ternário. Na tese quatro ele coloca uma comparação entre a mostraçãõ e a demonstraçãõ; uma exige o termo médio e a outra não, portanto ele já fez aqui uma proporção $a/b = x/y$. Na tese cinco ele volta à unidade, mas colocada já do ponto de vista cognitivo – há proposições não deduzíveis, inteligíveis por si, de per si evidentes – então ele está falando de novo da primeira tese. Ela é inteligível por si e evidente por si. Já com tudo isso que está dentro. Na tese seis ele diz que pode-se construir uma filosofia com juízos universalmente válidos, então ele fez uma relação entre esse juízo e outros juízos. Na sétima tese ele diz que o nada absoluto é contradição de alguma coisa há, e ele esclarece que há contradição quando há simultaneamente ausência e presença do mesmo aspecto no mesmo objeto. Quer dizer, a simultaneidade da presença e da ausência traz a idéia da crise, do abismo, da contradição absoluta. Na tese oito ele vai passar da idéia de algo para a idéia de ser. Ele generalizou, subiu de nível. Na nove ele vai falar que a proposição *alguma coisa há* é notada suficientemente por si mesma, esse já é o aspecto cognitivo ou noológico da coisa. E finalmente na dez ele afirma a realidade ontológica do *alguma coisa há*, quer dizer, que não é uma validade apenas formal, mas ontológica. Com isso fechou o sistema, fechou os dez.

Daí para diante para onde ele vai? Ele tenta então resolver uma série de problemas filosóficos com isso aqui, e quando ele chega no Pitágoras ele tem que elucidar em que sentido Pitágoras dizia que as coisas são números. E ele vê claramente que ele tem que distinguir entre os números matemáticos, que são os números do cálculo, e que evidentemente não se trata disso em Pitágoras. Mas, se não se trata disso, se trata do quê? Então seriam números arquetípicos, os números como categorias, os números como princípios. As categorias são as mesmas dez. Todas elas são dadas no um e na díada, seria o ser e o contraditório do ser. Quando ele percebe isso ele vê que tem na mão os seguintes elementos: ele tem por um lado os dados sensíveis e por outro

lado os esquemas matemáticos do mundo sensível, como, por exemplo, a contagem – uma, duas, três... – é a numeração do mundo sensível. Mas por outro lado você tem os números arquetípicos que são a possibilidade mesma de você enumerar alguma coisa. Para que exista número no sentido matemático é necessário que exista algo que seria a própria numerosidade, a própria idéia de quantidade. De onde sai esta idéia? Como que ela poderia se originar não na nossa cabeça mas ontologicamente? O que torna possível a quantidade? Não é a idéia nossa de quantidade mas para que exista quantidade é necessário que algo exista e que este algo tenha por um lado unidade mas que por outro lado tenha a possibilidade de multiplicar-se, de ser várias coisas ao mesmo tempo. Então você já tem aí o um e a díada. Na hora em que ele fala isso ele percebe que esses são os princípios platônicos. Então ele vê a unidade de pensamento que vem desde Pitágoras até Platão, e ele chega então, como antecedente de mais de quarenta anos, ao resultado do Giovanni Reale. Giovanni Reale vai dizer exatamente isso, que em Platão o universo das idéias não é o ponto terminal, elas não são explicações últimas do mundo, mas que elas dependem de um universo de princípios dos quais os primeiros são o um e a díada. A partir daí ele vai vendo que todos os conceitos fundamentais da filosofia, de ser, nada, causa, antecedente, conseqüente, que todos estes podem ser montados num sistema axiomático; que seria possível você estabelecer a partir das dez categorias numéricas a expressão de sentenças universalmente válidas nas quais estariam fundamentadas todas as noções que você usa não só em filosofia como em ciência. Então ele refaz esses dez princípios expressando já as categorias não apenas no sentido de unidade, dualidade, ternariedade, e assim por diante, mas como juízos universalmente válidos. Por exemplo, a primeira lei seria: *tudo que é, é um*; regra dois: *esse um sempre se compõe de uma oposição*; regra três: *os opostos estão relacionados*; regra quatro: *a relação forma uma proporcionalidade*; regra cinco: *a proporcionalidade tem uma forma*. Essas sentenças são absolutamente inegáveis porque elas são ao mesmo tempo a estrutura da aritmética elementar, estrutura da contagem, e a fundamentação de todos os conceitos científicos e filosóficos básicos.

Acontece que ele enuncia então essas dez regras. Tendo enunciado essas dez ele descobre a coisa mais assombrosa: a contagem prossegue, e, na medida em que prossegue, o enunciado dos princípios também prossegue. Então quando você chega no dez, você tem o onze. O que é o onze? Bom, os dez primeiros princípios se enunciarão mais ou menos assim: o Todo forma uma unidade transcendental, unidade que transcende tudo aquilo que o compõe; a regra onze seria o quê? A unidade da unidade transcendental. A unidade transcendental é uma. Doze: a unidade transcendental se compõe de uma oposição; e assim por diante, e chega até não-sei-quantas teses. Todas essas sentenças são absolutamente axiomáticas, não tem nenhum jeito de você dizer que não. Agora, você poderia dizer que esse sistema é meramente formal. Bom, se o sistema é meramente formal ||| adiantando mais um pouquinho, há uma hora em que não podemos encontrar um contraditório unívoco. Ainda assim eu ainda não provei que tem alcance ontológico. Provei apenas que a tese contrária, além de absurda, não dá nem para formular, portanto provei que o contrário é não apenas absurdo mas impensável, in formulável, que ele é nonsense, que é absurdo, mas ainda não está provado que esse absurdo não seja ontológico. Então você tem dois contraditórios: *algo não há e nada há*.

Aluno: esse *algo não há* pode ser verdadeiro também.

Ele pode ser verdadeiro também mas de fato ele só contradiz esse aqui no seu sentido particular, você tem o sentido particular e o sentido geral. Os dois não se contradizem, você não precisa escolher entre eles porque um implica o outro. Agora, este implica aquele mas aquele não implica esse. Se *nada há* é evidente que cada um dos algos também não há, mas o fato de que algo não haja não significa que *nada há*. Aliás o fato de que *algo não há* nem mesmo contradiz este aqui. Então eu descobri que na negação do princípio evidente você não pode decidir entre o contrário e o contraditório. Este é o contrário e aquele o contraditório. E isto é indecidível, não dá para saber de qual dos dois você está falando. Tudo isto aqui só prova que esta negação é absurda, mas nada nos prova que o ser mesmo não é absurdo. Então nós temos duas hipóteses: ou este

algo há tem alcance ontológico e fundamenta portanto o real e o conhecimento do real ou o ser mesmo é absurdo. E isto ainda não está resolvido no Mário Ferreira.

Como é que a gente sai dessa? O Mário coloca o *algo há* como fundamento da ontologia. A negação disto cai no duplo sentido *algo não há* e *nada há*, e isto é indecível. Portanto além disso nós caímos no informulável e no absurdo. Mas dizendo isso nós não provamos ainda que o ser mesmo não é informulável e absurdo. Pode ser que essa parte, essa negação, *algo não há* e *nada há*, ela seja válida, contanto que o ser seja intrinsecamente informulável e absurdo. Se você nega o *algo há* você cai no absurdo. Mas e se a realidade for absurda? Daí ela ganhou. Então nós temos duas hipóteses: ou *algo há* ou prevalece o absurdo. Na hora em que nós formamos essa alternativa, ou *algo há* ou tudo é absurdo, nós só formulamos uma alternativa mas nós não a decidimos, nós não excluimos a possibilidade do absurdo. É impensável, mas quem disse que o real tem que ser pensável? Pode ser que seja impensável, pode ser que seja absurdo.

Como saímos dessa? Saímos da seguinte maneira: esse *algo há* expressa uma sentença necessária. É logicamente necessária. Porque o necessário é aquilo que não pode não ser, logicamente falando. Em que medida você poderia pensar o necessário apenas como hipotético? Você teria o hipoteticamente necessário. O que é o hipoteticamente necessário? É o *se A então necessariamente B*. Ou seja, se houver a condição A então se seguirá necessariamente a condição B. Isto seria o hipoteticamente necessário. Mas o hipoteticamente necessário, de fato, das duas, uma: ou o caráter hipotético dessa sentença é meramente pensado ou ele também é real, ontológico. Isto você poderia verificar com o negócio do Santo Anselmo, que diz: Deus é um ser necessário, o ser necessário não pode não existir. Porque se é necessário então tem que existir necessariamente. Então o conceito de Deus exige a sua existência. Daí responde a crítica kantiana: essa necessidade se refere apenas ao conceito de Deus. Portanto se esse conceito é real então a necessidade do ser se segue, mas é uma necessidade hipotética. Aí que eu pergunto: em que medida o necessário pode ser hipotético? Se ele for hipotético você admite a possibilidade de que ele não seja, e daí ele não é necessário de maneira alguma. Mas se eu digo que esse ser é hipotético, pergunto eu: ele é necessariamente hipotético? Ele tem que ser hipotético?

Aluno: ele tem que ser necessário até para viabilizar essa hipótese.

Ele é hipotético mas não necessariamente hipotético, portanto ele não pode ser hipotético em si mesmo. Ele só pode ser hipotético na nossa cabeça. Portanto entre o necessário e o hipotético não há meio-termo. Ou é necessário ou é hipotético. E o hipoteticamente necessário, que o Mário admite, é um rombo nessa coisa toda. Se uma coisa é necessariamente hipotética, ela é hipotética em si mesma, e portanto necessariamente hipotética, então ela não é necessária de maneira alguma. Se ela é necessariamente hipotética então é impossível que ela seja necessária. Então isto está negado já no conceito da necessidade do ser. Então ele só pode ser hipotético acidentalmente. Ora, se ele só pode ser hipotético acidentalmente e está excluída totalmente a possibilidade de ele ser hipotético necessariamente então é necessário necessariamente.

Algo há é colocado como uma sentença necessária. Se você diz que *algo não há* ou que *nada há*, das duas, uma: ou essa negação é necessária em si mesma, e então prevalece o absurdo, ou é desnecessária. Ou *algo há* é necessário ou *nada há* é necessário. Então este *algo há*, que é necessário, ele começa a ser visto como uma necessidade hipotética, pode ser que *algo haja*. Então note que nesse caso é hipoteticamente necessário. Se *algo há* então não há o nada. Mas o que quer dizer o hipoteticamente necessário? É uma coisa que se cumprir certas condições se tornará necessária. Mas se a sentença é hipotética, ela é hipotética necessariamente ou só acidentalmente? Se ela é hipotética necessariamente então ela não é necessária de maneira alguma. Como nós admitimos essa idéia intrinsecamente impensável que é o necessariamente hipotético, e ainda admitimos que esse necessariamente hipotético é necessário de algum modo, isto é absurdo, porque se é necessariamente hipotético então não pode ser necessário necessariamente, ou então nós admitimos que há algo de estranho na idéia do hipoteticamente necessário. Na verdade o termo

hipoteticamente necessário que se usa designa uma necessidade absoluta, apenas limitada a uma condição. O que não quer dizer que o conceito de que se trata seja em si mesmo hipotético.

Voltando agora ao exemplo de Santo Anselmo, ele diz que se Deus é um ser necessário então o ser necessário existe necessariamente. Pronto, está provada a existência de Deus. Daí a resposta famosa é a seguinte: que essa necessidade de Deus é meramente hipotética, ela se refere não a um ser mas a um conceito de Deus que você mesmo está formando; se este conceito é verdadeiro então o seu Deus será necessário e ele existirá necessariamente, mas nós não sabemos ainda se o conceito é verdadeiro. Isto supõe que você possa pensar como hipotético o conceito do ser necessário. Façamos a hipótese de um ser absolutamente necessário. Em que medida nós podemos fazer esta hipótese? Para fazer essa hipótese eu tenho que pensá-lo como apenas hipoteticamente verdadeiro e não como necessariamente verdadeiro. Mas se eu digo que ele é hipoteticamente verdadeiro, hipoteticamente necessário, então falta saber se esse caráter hipotético dele é necessário também ou se é acidental. Ou seja, ele é necessariamente hipotético? Ele só pode ser hipotético? Se ele só pode ser hipotético então não é necessário. Então o conceito mesmo é contraditório, e daí você não está falando de nada. Então o necessário não pode ser hipotético a não ser para nós, do ponto de vista da mente. Na hora em que você formula a hipótese, pelo simples fato de formular a hipótese você já afirmou a existência dele. Portanto esta mesma hipótese ela mesma afirma que *algo há*. A simples tentativa de torná-la hipotética a afirma como necessária. Portanto isso não é uma negação de fato, parece uma negação mas não é. É uma prova. Você pode dizer que *nada há* porque *algo há*. A possibilidade da afirmação depende do *algo há*. Portanto essa sentença não tem contraditória, só tem contraditória aparente. Primeiro nós vemos que o contraditório é absurdo – o Mário diz que é absurdo. Daí eu acrescentei que além de ser absurda ela é de duplo de sentido, portanto não tem sentido. E agora eu estou afirmando que ela não existe. Então temos aqui um exemplo da necessidade absoluta.

Aluno: mas do ponto de vista da mente você tem que contar com as duas alternativas.

Do ponto de vista da mente você pode pensar isso aqui só como necessariamente hipotético. Isto é o necessariamente hipotético: uma coisa que não pode ser de maneira alguma. Aqui você tem o necessariamente necessário e ali o necessariamente hipotético. O que é o necessariamente hipotético? O que não pode ser de maneira alguma. Então você vê que na verdade esses pensamentos não existem, essa é uma mera possibilidade gramatical. Isso nunca foi negado, nunca ninguém negou. E cada vez que negou, na hora em que negou afirma. Então no fundo tudo isso é a mesma coisa, maneiras diferentes de dizer alguma coisa. Se o sujeito diz *algo há*, *algo não há* e *nada há* ele disse três vezes a mesma coisa. Este algo que você diz que não há certamente não é o algo ao qual estou me referindo que há, é um outro. Este nada é o algo? Não. Então esse nada ao qual você está se referindo é um outro e não esse, portanto esse continua existindo necessariamente. Então essas sentenças nunca foram contraditadas e nunca serão. Chegamos então no ponto arquimédico, daqui não dá para passar. Claro, isso sou eu que estou colocando esse tijolo embaixo. Ele, Mário, parte do *algo há*. E qual é a demonstração que ele dá de que *algo há*? De que o contrário é absurdo, mas isso só não satisfaz. A possibilidade de que o mundo seja absurdo existe, então precisa fundamentar melhor. E para você fundamentar precisa primeiro descobrir essa característica lógica das sentenças auto-evidentes que é a de que elas não tem contraditória unívoca. Quando você tenta fazer o contraditório você não sabe se aquilo é o contraditório ou se é o contrário. Qual dos dois é contraditório e qual é o contrário? Depende do sentido que você está dando àquilo, pois aquilo também tem dois sentidos; acontece que esses dois sentidos são coerentes entre si, um está contido no outro. O *nada há* só contradiz o sentido geral, e o *algo não há* só contradiz o sentido particular. Mas acontece que o particular e o geral um depende do outro e o outro depende do um. Então para que algo em geral exista é necessário que exista um algo em particular, então o sentido particular já está garantido pelo geral, e vice-versa. Agora, do fato de que algo não haja não implica que nada há, ao contrário. Quer dizer, a relação aqui não é simétrica como do outro lado. Então essa é a segunda etapa. A terceira é essa de que

estou falando, de que se você nega uma sentença necessária dizendo que ela é apenas hipoteticamente necessária, falta esclarecer se é apenas você que está pensando que ela é hipotética ou se ela é hipotética em si mesma. Se ela for hipotética em si mesma ela é necessariamente hipotética. Ora, se ela é necessariamente hipotética ela não pode ser necessária. Então o necessário necessariamente hipotético é auto-contraditório, não pode existir.

Aluno: não pode fundamentar uma ontologia em cima de uma hipótese.

Não pode. Então o necessário pode ser pensado como hipotético só hipoteticamente. Quer dizer, eu finjo que estou pensando que o necessário é hipotético, mas não estou pensando realmente, só estou combinando palavras.

Aluno: o hipotético não pode ser o contrário do necessário. Mas tudo isto é uma busca dele de montar uma ontologia?

É, ele quer encontrar o ponto arquimédico, o que é absolutamente inegável. Muitos procuraram isso. Muitos procuraram e não encontraram. E de fato ele encontrou, *algo há*, é muito simples. O contrário é o cinismo, quando o sujeito diz que *nada há*, o que o sujeito diz é que ele está tentando pensar que *nada há*. Só fiz isso por hipótese, eu estou declarando que é mentira na hora em que digo isso. Não precisa nem recorrer a isto de que o sujeito precisa existir para poder dizer. Aí seria um requinte, mas não precisa. Você quer dizer que essa sentença que é colocada como necessária, ela é apenas hipotética, hipoteticamente necessária, fingimos que ela é necessária. Mas somos nós que fingimos que ela é assim ou ela é assim mesmo? Para que você pudesse demonstrar sua tese de que *nada há* seria necessário que a sentença *algo há* fosse necessariamente hipotética e não apenas pensada como hipotética. Mas acontece que aquilo que é necessariamente hipotético não pode ser definido como necessário, nem mesmo no sentido hipotético. Na hora que eu faço a hipótese de que algo é necessário, para isso eu vou ter que expressar que é necessário. Mas se ao mesmo tempo eu estou dizendo que ela não é necessária, acabou, não tem conceito. Quer dizer, quando eu digo *penso algo como necessário* eu já estou dizendo para mim que aquilo não é necessário de maneira alguma, porque só é necessário condicionalmente, portanto não é necessário. Mas se ao mesmo tempo eu quero insistir que é necessário então meu conceito é auto-contraditório. Ou ele é necessário ou não é necessário. O hipoteticamente necessário é condicional. Agora, ele é necessariamente condicional. Se ele é necessariamente condicional ele depende de um outro. Qual é esse outro? Não tem um outro ao qual você possa recorrer. Então não é verdade o que você falou, no ato você está declarando que isto é apenas uma frase, cujo conteúdo noético é de que *algo há*. O conteúdo da frase *nada há* é *algo há*.

Aluno: esse é o princípio.

Claro. É o princípio dos princípios. Então, como o Mário deixa esse pedaço meio nebuloso então precisa fazer uma demonstração mais rigorosa desse negócio, não pode ficar assim. Porque senão pode chegar lá para diante na tese 132 um engraçadinho vai lá e contesta o seu *algo há* e invalida tudo. Eu próprio não excluí o nada. *Não fui eu que o excluí, foi você que não o inclui; inclui se puder*. Você está falando *nada há* mas pensando *algo há*. Porque é idêntico, é a mesma coisa. O algo e o nada no fim são a mesma coisa. Esse nada o que acrescenta ao conceito de algo? Nada. Você não pode assinalar um único traço, uma única nota no nada que o distinga do algo. Ele não tem notas, mas o algo também não tem notas. Mas esse algo tem a existência e o nada não tem a existência. Mas como não tem a existência se você está afirmando isso? O único traço que tem nesse algo e que nós conhecemos é que ele há; e qual é a nota nós conhecemos do nada? Também que ele há. Então é esse há que é a nota positiva e não o algo ou o nada.

Aluno: só que esse há do nada é um há lógico apenas, está dentro da esfera lógica, enquanto que o outro não. O há do algo é ontológico.

Não é bem isso. É que este há é ontológico nos dois casos, e por isso mesmo esse nada não quer dizer nada a não ser que queira dizer algo. Essas duas frases são a mesma.

Aluno: a realidade lógica deriva da ontológica, ela só é possível na medida em que ela é uma realidade ontológica também.

Sim, mas nós nem precisamos chegar nisso. Isso é a consequência da consequência da consequência. Eu estou querendo dizer que o sentido desse nada é precisamente o algo. Me dê uma nota do algo. Você não tem, ele é totalmente genérico. A única nota que ele tem é a existência. Muito bem, você tem um algo que não possui uma nota que o caracterize a não ser a existência. E o seu famoso nada? Me dê uma nota desse nada. Ele não tem nota, a única nota que ele tem é que ele há. Mas essa nota é igual à do algo. Então você tem uma identidade, dizer que *algo há* e que *nada há* é exatamente a mesma coisa. Portanto isto nunca foi contestado, nem nunca vai ser. Ainda se poderia dizer: mas tudo isso que você demonstrou é apenas uma demonstração lógica e não ontológica. Então o conjunto dessa necessidade que estou demonstrando é hipotética? Aí cai no problema anterior: ela é necessariamente hipotética? Então você não sai disso. Que uma coisa necessariamente hipotética seja necessária de fato é o absurdo dos absurdos. Se é hipoteticamente necessário então não é necessário, você está apenas pensando como se ele fosse, está fingindo, sabendo que não é. Aí não é apenas o absurdo da hipótese contrária, é a total ausência de significado da hipótese contrária a não ser que ela seja a mesma hipótese. *Nada há* não quer dizer nada a não ser que queira dizer que *algo há*.

Aluno: é o faz-de-conta.

É o faz-de-conta. Quer dizer que nós só podemos pensar isto aqui como hipótese. Este é o necessariamente hipotético. E o que ele é? Nada. Então entendemos que *algo há* necessariamente. E algo só pode haver hipoteticamente. Então nós temos de um lado o necessário e do outro lado o impossível. O que é o impossível? Aquilo que só pode existir hipoteticamente. E aquilo que não pode existir nem hipoteticamente? Isto aí não existe. E a hipótese auto-contraditória? Claro que ela pode existir hipoteticamente, tanto que você já a formulou. E a coisa que é quadrada e redonda ao mesmo tempo, é impossível. Mas é impossível em termos do resultado da lógica, porque tem consequências absurdas, e não que não seja formulável, porque você acabou de formular.

Então temos aí o que é o nada ou o impossível. É aquilo que só é, que só pode existir hipoteticamente, só pode existir para nós, como uma possibilidade do pensamento humano, de combinar palavras. E tem um outro algo que não pode existir assim e não pode ser hipotético, ele não pode ser pensado como uma coisa que é apenas pensada. Toda vez que você tentar pensar que isso é apenas pensamento na mesma hora você está afirmando que não é apenas pensamento.

Aluno: tanto que o nada do ponto de vista lógico é apenas hipotético, e do ponto de vista ontológico ele não existe.

O nada só existe logicamente. Ele é um ente de razão. Agora, ele é um ente de razão que é necessariamente um ente de razão e não pode ser nada mais do que isso. Nem concebido como outra coisa, nem falado como outra coisa, toda vez que você fala que *nada há* você está falando que *algo há*. Para lembrar disso aí é simples. Defina esse algo por alguma nota. Não tem nenhuma nota além da existência. Agora defina o nada. Não tem nenhuma nota a não ser a existência. Então é igual. O nada é o famoso algo do qual eu estava falando. O seu nada é idêntico ao meu

algo. Ou ele não é nada ou ele é o meu algo. Não sendo o nada ele continua sendo o meu algo, porque ele não tem nada a não ser a existência. Você pode reduzir isso aí para: a existência existe; existe o existir. Tanto que o velho Parmenides já dizia que o Ser é. Era isto que ele estava querendo dizer.

Agora, com isso a gente expõe a última possibilidade. Antes você estava na brincadeira. É claro que na vida cotidiana todos vivemos baseados na hipótese de que algo há. Mas nós nunca a abraçamos como mera hipótese. *Ah, nós não temos a prova.* Agora, aqui você tem a prova. Para que serve essa prova? Entre outras coisas serve para você saber que todas as hipóteses que você fez são todas verdadeiras. Toda vez que você foi para casa acreditando que existia a casa, ela existia mesmo. Toda vez que você acreditou que ontem você existia, você existiu mesmo. Isto serve para curar o indivíduo, definitivamente, da ilusão de fugir para algum lugar. Não há como fugir. Onde quer que você esteja está lá a existência.

Aluno: até no campo da ficção.

No campo da ficção, da fantasia. *Ah, vou fugir para a fantasia.* Mas a fantasia também é real. Você vai fantasiar mesmo? Ou vai fazer de conta que fantasia? Bom, se você faz de conta que fantasia, você está realmente fazendo de conta que fantasia ou você está apenas fingindo que faz de conta que fantasia?

Não há escapatória para fora da existência, isto é que é fundamental. A realidade é mortalmente densa, em todo lugar, mesmo na fantasia, no reino da carochinha, no inferno, no céu... tudo é tremendamente real e não tem escapatória, não tem para onde fugir, não tem o nada para você se esconder lá dentro. ||| se você sabe algo que você não sabia houve uma transformação. Essa transformação se deu onde?

Aluno: no tempo.

No tempo e no espaço. Kant era um trapalhão monumental. Eu tenho ódio de Kant. Ele era um cara até bem intencionado e o que ele queria era até legal, porque ele percebeu o perigo que existia em você formular uma metafísica para sustentar o dogma. Porque o Cristianismo aparece sob a forma de um mistério, é um mistério que vem sob a forma de símbolos. Na hora em que você equaciona isso como um dogma e formula uma metafísica isso vira matéria de discussão. E na hora em que virou discussão acabou a religião. Então ele quer preservar o domínio do mistério. Até que é boa a intenção, *isso aqui nós não podemos conhecer, nós só podemos ter fé.* Bom, é melhor para você que você conheça pela fé, mas não quer dizer que você não possa conhecer por outros meios também. Mas por outros meios é mais perigoso. O Cristo dizia que era maldita a geração que pede provas. Isto não quer dizer que as provas sejam impossíveis. Quer dizer, o caminho que exige uma prova não é um caminho bem-aventurado. E é fácil você perceber que não é. O caminho da fé é direto e o outro é um caminho de tormento e de dúvidas que pode dar certo, pode dar errado, você não sabe, e é cheio de tentações, é um pepino. Então, quando a doutrina cristã se coloca como um mistério para ser acreditado isso não quer dizer que esse conjunto de mistérios não possa ser provado. Ele pode, apenas não lhe convém que você faça isso. Não é necessário e não é bom. Porque você para ter a prova precisa entrar no reino dialético, e o reino dialético é o da disputa entre sim e não, e aí você entra na disputa do diabo.

Aluno: e é isso que a gente faz aqui, é a filosofia.

Sim. Mas antes estava tudo arrumado. Desde a primeira pergunta que o sujeito fez: ah, por que é assim? É aí que começa. Mas não fomos nós que inventamos isso, nós não escolhemos essa via. Aliás, é uma coisa perversa o sujeito que escolhe ficar nisso, que gosta de ficar nisso. Mas você entra na filosofia porque a circunstância a tornou necessária, e não porque você gosta de ficar no negócio dialético. Entrar na dialética é ter espírito de contradição. Mas para que você

vai ter espírito de contradição? Isso é espírito de porco. Então não é por gosto mas por necessidade. Uma necessidade não só do indivíduo mas de toda a sociedade humana. Agora, e se tivesse obtido pela fé? Aí é fácil, você acredita e logo em seguida você fica sabendo a coisa intuitivamente. Agora, isso nem sempre é possível. Agora, a intenção de Kant era defender esse mundo da fé. Agora, para isso o que é que ele faz? Ele nega a possibilidade do conhecimento. Mas se você nega então o que acontece? Você não tem mais nenhum conhecimento que seja absolutamente fundamentado a não ser o conhecimento de ordem puramente formal. Mais, todos os absolutos vão para as cucuias exceto os limites do entendimento humano, os limites do entendimento humano é que se tornam um novo absoluto. Ora, esses limites são justamente a ignorância. Então você tirou o conhecimento de Deus e botou lá um negócio chamado ignorância. Agora você não vai mais procurar Deus porque ele é bom, isso ou aquilo, mas simplesmente porque você não o conhece. Daí vai haver essa ruptura que é característica do mundo protestante, que vai então definir Deus como aquele que é totalmente outro, totalmente diferente, que nunca é aquele do qual nós falamos. Essa patacoada é negócio de Mestre Eckhart, eu não gosto dele não, eu acho que aquilo tudo é fazer drama. Eu acho que muitos desses místicos que falam do incognoscível, do mistério, estão fazendo drama, não é tão misterioso assim. Se Deus encarnou, veio aí, para você ver, ficou na tua frente, então não pode ser tão misterioso assim. Isso é um dramatismo. E esse dramatismo que está no fundo de Kant. Agora, isso aí termina assim: esse Deus é incognoscível, então não adianta você fazer nada porque você não vai ter acesso a Ele de jeito nenhum. Poderia ter pela fé? Como, se você nunca vai saber se esse Deus no qual você tem fé é Deus de fato? Não pode saber. Você tem uma fé que não tem um respaldo efetivo de ordem metafísica, vai ter uma fé que é puro chute. A fé em não-sei-quê. Então as disputas ficam impossíveis de se solucionar inclusive aquelas que dão dentro de sua própria cabeça. E daí você vai terminar na radical separação entre homem e Deus, e vai terminar na morte de Deus. Isto tudo é de uma lógica implacável. Se você começa a ler Lutero e essa tradição germânica de Mestre Eckhart termina na morte de Deus fatalmente. Não tem como escapar disso aí. Quer dizer, esse pessoal é tudo maluco, do primeiro ao último. É uma teologia do desespero. Embora eu tenha descendência germânica e latina eu decididamente acho que eles estão malucos mesmo, querem sofrer.

Agora, a característica da linha mestra do pensamento cristão, católica, é de oscilar entre as duas coisas e de não fazer drama. E o Mário está decididamente nessa linha. Ele vai demonstrar que existe o conhecimento, que ele é possível, objetivo e provado, o que não vai eliminar a necessidade da fé. A fé significa fidelidade. Se você quer saber o que é uma coisa você procura o seu contrário. O que é o contrário da fé? É a dúvida ou a negação. Você pega o exemplo de Pedro. Ele negou a fé. Ele é o primeiro caso manifesto do sujeito que tinha fé e negou. Mas ele negou porque ele sabia. Ele tinha fé em um treco invisível? Não, ele andava com Jesus Cristo há um tempão, estava careca de saber, ele viu a transfiguração, viu um monte de coisas. E mesmo assim ele deixou de acreditar. Porque estava com medo. Então a fé não pode ser entendida só no sentido de você confiar numa coisa que você não vê mas também em você confirmar a crença naquilo que você já viu mas não está vendo neste instante. Então é no sentido da fidelidade. Agora, pode ser no sentido hebraico, *emunah*, a fidelidade numa promessa. Mas não é necessário ser fiel só a uma promessa futura mas também a uma promessa passada. Se não tem fidelidade ao passado como pode ter fidelidade ao futuro? Então é também a fidelidade à palavra dada. Então é também fidelidade ao que você já sabe, já declarou, já pensou.

Então a fé não tem essa dimensão tão profunda quanto vêem os protestantes, que ela é tudo. Porque algo precisa lhe ser dado para você crer no restante. Quando chegava o leproso para ser curado pelo Cristo, Cristo curava e dizia *tua fé te salvou*, não foi a fé, foi o Cristo. O Cristo pode dizer isso, mas eu não posso dizer que foi a minha fé me salvou, porque senão fui eu que me salvei a mim mesmo através de um simples ato de pensar. Não é possível isso, não pode ser isto que ele quis dizer. Além do mais o leproso viu Cristo. Viu e ouviu. Portanto ele não podia ter menos fé do que nós. Você vê que você não vê mas você acredita nele porque você viu ele fazer com o outro (??). Precisa de uma certa fé, uma certa coragem, mas não tanto quanto para

acreditar num treco que você nunca viu, você nunca sabe e parece ser o absurdo total. Então os apóstolos receberam tanto do que nós (???)

Aluno: eles tinham o feedback.

Eles tinham o feedback, nós não. E ainda negaram. Nem por isso deixou de ser santo. Pedro negou, Tomé duvidou e mesmo assim são santos, porque isso aí é humano. A fé não pode ter toda essa dimensão tão decisiva quanto dizem os protestantes. Ela é um elemento dentro de um conjunto razoável. Essa noção do razoável, do proporcional, do humanamente possível, a igreja católica sempre teve. E ela vai ver a negação disso como um negócio diabólico, porque a negação disso afasta você de Deus, o torna impossível. E toda a história do protestantismo está aí, começa no Mestre Eckhart e vai terminar na negação, a teologia germânica vai terminar na morte de Deus.

Se você pega o negócio do Mário, qual é o papel da fé nesta coisa? Claro, ele também tem que ter fé. Ele morreu rezando o pai-nosso. Colocaram-no de pé e morreu rezando o pai-nosso. Ele tinha a fé. E ia na igreja. (???) eu já cheguei à conclusão de que não posso ir à igreja, é muita tentação (???). Então não dá. Agora, lá em Paris eu assisti uma missa em lituano. Suponho que o padre estava falando de coisas sublimes.

Você vê que a dualidade começa com esse negócio forma e matéria, ato e potência. Mas entre esses pólos forma-matéria, ato-potência, mas entre eles tem que existir também a proporcionalidade. Quer dizer, o ato tem nele algo de potência, porque senão ele entraria em ato simultaneamente. Ora, essa incapacidade do ato ser ato simultaneamente isso aí nós chamamos (???). Por outro lado, a potência também tem que ter um ato senão ela não seria nada. Quer dizer, ela precisa ser algo para poder ter alguma potência. Na medida em que ela é ela tem uma forma própria, ela tem a forma de matéria. E os elementos que a compõem e que são a sua matéria? Também tem. Você pega a madeira, que era de uma árvore, árvore se constitui de celulose, que também tem uma forma que é dela, que na hora em que é integrada naquele vegetal em particular ela não perde sua forma própria. A forma da matéria é a matéria da forma. No entanto essas coisas ainda que estejam numa reciprocidade elas conservam sua distinção. Muito bem mas se você tem aqui a forma com a sua matéria, a matéria com a sua forma, tudo isso juntado, quando isso se junta você tem um ser que tem uma forma determinada, a forma da sua singularidade. Este é o cinco.

O número cinco é um número chave no Mário Ferreira, porque o cinco vai definir a lei de proporcionalidade intrínseca do objeto. Então nós podemos dizer que a compreensão do mundo físico, do mundo realmente existente, começa com esse número cinco, com a idéia da forma intrínseca. Nós podemos dizer que a filosofia de Aristóteles começa então nesse número cinco. Porque o conceito básico de Aristóteles é o da substância individual, que é exatamente isso aí que o Mário chama de proporcionalidade intrínseca, que faz com que o objeto tenha esta forma. Então aí nós entendemos que o Aristóteles e o Mário não estão falando exatamente da mesma coisa. O Mário buscou detalhar mais.

Aluno: ampliou mais o horizonte.

Aprofundou, foi abaixo da categoria da substância. Você vê então que essas categorias não correspondem às de Aristóteles. A única correspondência que eu posso encontrar para a substância é o que o Mário chama de forma intrínseca de um objeto. Aí nesse ponto o Mário desenvolve um outro lado da ontologia dele que é dos mais interessantes que existem. Ele diz que essa forma intrínseca não é só uma forma que agrupa matérias, ela agrupa possibilidades. Só que essas possibilidades, algumas delas são contraditórias. E é justamente o aglomerado dessas contradições que vai formar o ser individual. A estas contradições que existem dentro do ser e cujas (???) fazem com que o ser seja o que é e mantenha de certo modo a sua forma é o que ele chama de tensões. Então ele percebe que a substância individual é não apenas uma forma mas

uma forma tensional. Eu acho que este foi, desde Aristóteles, deste assunto aqui, foi o primeiro que deu um passo além de Aristóteles. Para não dizer que ele foi o primeiro, Leibniz tinha visto algo disso aí na mônada. Porque ele definia a mônada não só como substância mas como vontade, ou forças. Essa coisa ainda está meio nebulosa no Leibniz. Há algo na mônada que não é definido somente pela sua forma. Então, pensando aristotelicamente, tem que ter a forma, a forma é a finalidade, mas tensional. O Mário vai dizer que esta tensão é interna. Não é uma mônada simples que tem uma vontade única, uma forma única, dirigida a uma finalidade única, não é. É um aglomerado de finalidades e de coisas que estão em conflito e que produzem para fora uma determinada resultante. Então se não houvesse tensões dentro do próprio indivíduo ele só poderia sofrer alterações vindas de fora. Se toda mônada fosse um negócio simples e unívoco então ela não pode agir em cima de si mesma, só pode agir para fora. Mas não existe nada que seja assim no mundo. Então todos os seres realmente existentes têm uma forma que, juntando as proporcionalidades entre a forma e a matéria e a matéria e a forma, produzem uma tensão que dá o tônus daquela individualidade. Ela se caracteriza não por ser apenas uma forma mas por ser a forma de um conjunto de tensões e portanto um tônus específico. Olha que maravilha este sujeito está fazendo.

Aluno: só que isto está misturado com uma porção de coisas ali na hora.

Todas as vezes que eu tento explicar a filosofia do Mário eu me atenho aos aspectos mais formais, à estrutura da obra. Quando você vai entrar na matéria das doutrinas você precisa peneirar muito para saber o que ele está dizendo mesmo. Porque ele dá muitos exemplos, ele repete essas coisas ao longo da obra dele milhares de vezes e cada vez de um jeito. E você vê que ele não conseguiu uma expressão simples do que ele está fazendo. Então, se ele não conseguiu como é que eu vou conseguir? Em Aristóteles tem algum texto onde o essencial está ali? Tem a “Metafísica”. Então você lê a “Metafísica” e depois vai olhando o resto. Mas no Mário não tem isso. As coisas mais importantes estão espalhadas. E você vê ele lutando com as dificuldades de expressar essas coisas, que vem do fato de não ter público. Aristóteles tinha um público que vinha sendo fabricado desde Sócrates. Aquela turminha de discípulos em torno de Platão e Sócrates já tinha todo o domínio do vocabulário, tinha todo um contexto, questões, preocupações, e Aristóteles falava para eles como um dentro do meio platônico. Então você sabe para quem você está falando, para uma assembléia de platônicos. E o Mário? Está falando para quem? É muito difícil falar para o ar, ou para o público que você mesmo está tentando formar, a partir do zero, como ele estava tentando e não conseguiu.

O Mário não teve um aluno que estivesse à altura do que ele estava fazendo. Eu nem tive como ter contato com ele, quando eu ouvi falar de MFS ele já estava morto há cinco anos. Aliás, para dizer que eu nunca tinha ouvido falar, eu tinha, porque ele tinha a editora no mesmo prédio do meu pai, e eu me lembrava vagamente do nome MFS. Mas nunca teria suspeitado que era isto aqui. E eu digo que jamais pegaria numa livraria um livro daqueles. Um livro com aquela aparência gráfica, está na cara que é um negócio brega. O conteúdo deve ser tão amador quanto à forma. Parecia o ‘universo em desencanto’, havia milhares de livros ‘universo em desencanto’, brega para caramba. Eu nem iria encostar o meu dedo numa porcária daquelas, e teria saído perdendo.

Aluno: você nunca pensou em resgatar a filosofia dele, tentando extrair o que fosse essencialmente dele?

Sim, mas o problema é que ele repete muito essas coisas sob muitas formas e muitas vezes. Então, vamos supor que você botasse todas as obras do Mário no computador e fosse ver quantas vezes aparece escrito a expressão *lei de proporcionalidade intrínseca* ou *proporcionalidade intrínseca*. São milhares e milhares. E cada vez ele está dizendo uma outra coisinha, de um jeito diferente. É muito difícil você condensar isso aí. Para condensar você tem que ter certeza de que

nenhuma nuance do contexto lhe escapou. Então para isso você precisaria ver todos os lugares na obra onde ele falou isso. Claro que isso só pode ser feito por uma coletividade. Com autores muito mais claros do que ele, levou séculos para você chegar a um consenso. Se você pegar São Tomás de Aquino, você tem o Index Tomisticus, que foi obra de mais de uma centena de pessoas e é um índice remissivo de duas mil páginas. O Mário, com o trabalho meu sozinho, e ele é muito mais confuso que São Tomás de Aquino, o que você quer? Já fiz milagre aqui. Consegui enxugar e fazer essas... consegui primeiro perceber a estrutura do todo. Esse é o capítulo um. Não tem índice remissivo mas tem um índice analítico, o índice das partes. Já melhorou. Só isso demorou oito anos. A partir do momento que você tem esse arcabouço, como nós conseguiríamos fazer uma expressão não do arcabouço, mas da matéria, do conteúdo do que ele está falando? Aí leva mais dez, quinze anos. Sem contar o seguinte: eu não sou especialista em MFS, eu sou especialista no meu pensamento. Eu tenho o maior interesse em fazer isso, porém eu tenho outras perguntas que esse cara não fez e me interessam muito mais urgentemente do que as que ele fez. Mesmo porque essas já estão respondidas, já está no Mário.

Essa coisa é a explicação de ontem, qual é a fundamentação última da sua crença no Ser, na realidade? É a absurdidade do contrário? Claro que isso não basta, tem que aprofundar. Agora, essas coisas aqui de proporcionalidade, não são para mim matéria de investigação, porque isso aqui para mim é de uma obviedade tremenda. O cara está certíssimo, é claro que é assim, não precisa nem pensar. Se não fosse assim você não poderia reconhecer o que são as individualidades. Você reconhece as individualidades por quê? Porque elas têm suas formas, agora, está na cara que essa forma não é estática. Você conhece uma pessoa e vai ver que ela não foi transformada apenas pelo tempo, ela também se transformará agindo. Quando você vai aconselhar uma pessoa a não fazer algo supõe-se que ela tem três ou quatro alternativas, tem escolhas, e portanto se moldou a si mesma. Para ela se moldar a si mesma precisa ter um antagonismo dentro dela, entre a parte que decide e a que sofre a decisão. Então está na cara que ela é um todo tensional, é só você olhar para você mesmo. E o horóscopo é exatamente isto, o conjunto de antagonismos que tem ali dentro e que dão três ou quatro resultantes possíveis. Como é que você sabe qual vai ser a resultante? Aí entra o elemento da decisão individual, que não é irracional, não é arbitrário. Ele não é nem arbitrário e nem determinado, ele é criado pelo indivíduo, é a capacidade que o indivíduo tem de ser causa. Se a coisa fosse causada por algo de fora o sujeito não seria causa de coisa alguma, ele não seria o começo. Ele vai apertando, afunilando as possibilidades, daí chegou lá. O sujeito não sabe se casa ou se compra uma bicicleta; bom, mas já está determinado que ele vai comprar uma bicicleta mesmo, acabou. Muito bem, mas e ele? Não é causa do seu ato? Se todo ato tivesse uma explicação que fosse para trás, que remontasse para trás do indivíduo, ele seria inteiramente desnecessário. Se existe indivíduo é porque a partir da hora em que ele existe ele é uma origem, ele é uma fonte.

Aluno: isso não quer dizer que não existam coisas determinadas, padrões determinados.

Há coisas determinadas, mas ele tem que dar seu lance. Ele pode tentar ir de encontro à determinação, mas nunca é uma coisa arbitrária. Se fosse arbitrário não seria voluntário também, seria por sorteio. O que é especificamente o voluntário? É o elemento de criação que você coloca lá, é o elemento que faz com que você seja você, o elemento que o distingue. Nem tem uma causa que o explique além do próprio indivíduo nem é irracional e totalmente inexplicável. Claro que é explicável. O indivíduo teve boas e sólidas razões para agir assim, e a primeira delas é que ele é ele. É aquele negócio: por que o gato miou? Porque ele é gato, se fosse boi mugia. Por que você agiu assim? Porque em primeiro lugar você tem a causa formal, e eu sou eu e não você. E eu acho que essa explicação é mais do que suficiente. Não para explicar tudo mas pelo menos para justificar.

Então esse negócio do tensional que é estudado pelo Mário, ele matou esse problema. Então você não precisa chover no molhado, não precisa se preocupar com esses assuntos, é só pegar o que ele falou. Agora, toda filosofia se alimenta do que os outros filósofos não falaram,

evidentemente. Ou tem que ter uma brecha, ou tem que ter um problema, ou então o estudo da filosofia viraria o estudo da filosofia do MFS, até que surgisse a necessidade de uma outra. Pode acontecer, se eu não conseguir inventar nenhum problema que os caras já não tenham de alguma maneira resolvido. Isto aconteceu em parte com Aristóteles, os caras inventavam e iam ver em Aristóteles que ele já tinha resolvido. Até que chegou uma hora em que os caras formularam perguntas que não tinham resposta em Aristóteles, ou começaram a perceber deficiências dentro da própria construção de sua filosofia.

Este papel aqui vocês podem fazer xerox dele hoje mesmo. Ele está incompleto, faltam duas páginas para completar, sobre a lei da harmonia, mas já dá para ter uma idéia. Vamos fazer uma leitura comentada. Alguns dos comentários já estão dados nas notas, justamente porque eu dava aula, comentava, e transformava os comentários em notas, fazendo comentários para aquele que está mais devagar. |||

Tínhamos nestes os elementos de base para esta reconstrução das leis, pelo menos nos seus aspectos ontológicos e nos seus aspectos matéticos. Dada a coerência que as leis apresentam – o ontológico se refere ao Ser e o matético à Possibilidade Universal, é a distinção do Guenon entre ontologia e metafísica, a ontologia é o estudo do Ser e a metafísica é o estudo do possível e do impossível, que segundo ele precede o Ser, mas segundo eu, não, tudo isto é ontologia; eu não aceito essa distinção, mas no fim das contas dá no mesmo – **para esta doutrina expressa dos textos podemos supor que a demonstração de sua validade, tal como a apresentamos, deve ser similar àquela que era conhecida pelos iniciados pitagóricos de terceiro grau, e que eles teriam chegado às mesmas conclusões a que chegamos pelo desenrolar dos pensamentos segundo as leis dialéticas da consequência. De qualquer modo a questão da validade histórica não é a que nos interessa em primeiro instância. O que nos interessa é que pitagóricas ou não estas leis são válidas. Se, na análise que se segue, vamos usar de argumentos extraídos dos textos pitagóricos, procuraremos por outro lado reforçar esses argumentos segundo enfoques que são próprios ao nosso modo de considerar as coisas.**

Distinções (título dado pelo Olavo)

Antes de mais nada não se deve, quando se fala de pitagorismo, confundir os números matemáticos (os arithmos mathematicoi), que pertencem à tríada inferior, com os arithmos archai, que são da tríade superior.

O que ele quer dizer? Que o número matemático é simplesmente um número quantitativo, um número de contagem. O número superior é o que expressa a forma de uma relação. Quando você conta, um, dois, três, quatro, o dois não é somente a enumeração de elementos mas a designação de uma relação entre eles. Para ficar mais claro isto, isso é a mesma coisa que você contar vários elementos ou contar vários aspectos dentro de um mesmo elemento. Matematicamente essa diferença não existe, ela é irrelevante. Na contagem, um, dois, três, quatro, pouco interessa se são um, dois, três, quatro laranjas, ou um, dois, três, quatro aspectos que são internos à própria unidade. Ao mesmo tempo é uma enumeração e uma relação. Matematicamente isso é irrelevante; ou era, hoje em dia já se estuda um pouco isso. Então os números encarados como formas e relação são os archai. Se essas formas e relações não forem somente lógicas então são leis ontológicas.

Estes últimos, os archai, correspondem às formas no sentido platônico, às idéias exemplares no sentido de Santo Agostinho, aos paradei mata (???) do neo-pitagorismo.

Os números supremos, os números arquetípicos, correspondem às formas platônicas; mas isto não está muito exato, porque corresponde aos princípios platônicos e não às formas ou

idéias. Isso aí foi mais um lapsus lingua. Para os fins do que ele estava falando aí essa distinção não importa, mas para nós importa.

Isto é, as idéias universais, eideticamente, não só noéticamente, consideradas.

Qual é a distinção entre eidético e noético? Eidos é a própria noção de forma, então, se refere às essências dos seres, e noeticamente é na nossa possibilidade de conhecê-las.

Outra distinção que devemos ter em mente é aquela já mencionada que há entre as duas maneiras ou níveis em que podemos encarar os logoi, ou princípios. De um lado podemos considerá-los enquanto formas arquetípicas, idéias exemplares, arithmoi archai, paradei mata, ou ainda, na terminologia escolástica, pura possibilía – possibilidades puras – e de outro lado enquanto leis ou normas reais e efetivas que imperam e regem sobre as coisas existentes. Neste último caso os logoi são normas não somente pelo seu conteúdo noemático, mas pela função que efetivamente desempenham.

Qual é a diferença entre noemático e noético? Noético se refere ao ato de conhecimento e noemático ao objeto de conhecimento. Noema é aquilo que você conhece e noesis é o ato de conhecer.

É das leis nesse sentido efetivo que desejamos falar. Estas leis que regem todas as coisas constituíam aquilo que os pitagóricos denominavam tétrada sagrada, ou quaternário sagrado, também chamada de década sagrada, porque a soma dos quatro primeiros números – 1+2+3+4 – dá dez. Ao conjunto de dez leis eles denominavam ‘mãe de todas as coisas’, entendendo com isso que elas constituíam a matriz, a fonte, que ao reger se repete e ao repetir faz repetir.

O que a mãe faz? O Pai é a própria unidade e a infinitude, agora, a possibilidade de desmembrar e de enumerar é a mãe. O Schuon diz o seguinte: “o Infinito é o aspecto maternal ou feminino do Absoluto”. É a mesma coisa. O Absoluto visto como Infinitude é materno, visto como Absoluto é paterno. Nós vemos então que esse negócio de mãe – essa é a minha teoria – mulher não existe, só existe homem. Todas estas discussões de sexos já partem do princípio de que os dois existem como duas espécies. Tem até um maluco que diz que os problemas vem do fato de que são espécies diferentes que tem origens cosmológicas diferentes – os homens são marcianos e as mulheres venusianas. Como é que esses marcianos se reproduziram?

Na verdade claro que não existe, mulher é um tipo de homem especializado em levar um outro homem dentro dela. Então a idéia de você procurar uma explicação dos conflitos conjugais a partir das diferenças entre o homem e a mulher é uma das idéias mais estúpidas que tem no mundo. Por quê? Porque casal gay também briga. Então basta ter um caso destes para você ver que é claro que não pode ser essencialmente as diferenças entre homem e mulher que produziram.

Por que você briga com as pessoas que você ama? Tem algum motivo, há uma identificação. Então, na medida em que você tem uma identificação com a pessoa os atos dela é como se fossem seus. Tudo que ela faça é como se você tivesse feito. Acontece que você tem essa identificação mas ao mesmo tempo você não tem poder de determinar os atos. Então você tem a responsabilidade sem o poder. Qualquer pessoa que você ama, se ela faz uma coisa vergonhosa você se envergonha, mas você não tem o poder de impedir de fazer. Por isso que o amor implica uma dimensão sacrificial. Ou seja, na verdade você está assumindo uma responsabilidade sem o poder concomitante. Só lhe resta rezar para que dê certo. Esta é a origem. Agora, se você não se interessa absolutamente pela pessoa o que quer que ela faça ou desfaça não vai mudar. Então esta é a origem dos problemas, não tem nada a ver com sexo. O sexo é

inocente, ele não cria problema nenhum, e a distinção entre os sexos não é problema algum, é uma coisa da natureza, não pode ser conflitiva.

Basta essa observação para você ver que tudo que se tem escrito sobre psicologia diferencial de homem e mulher se não é errado pelo menos é brutalmente exagerado. Agora, isto aqui de que estou falando se aplica tanto da mulher para o homem quanto do homem para a mulher, quanto do pai para o filho, quanto do filho para o pai. É a relação amorosa que é problemática e não a relação sexual. Agora, os caras querem encontrar uma raiz biológica para isso mas não tem raiz biológica. Isto é um problema de relação de poder, aí é que a coisa embanana. Por isso que você pode ter essa coisa com um irmão, com um filho. Você pensa por exemplo se um pai de família, a mulher dele fazer uma coisa que lhe envergonha é muito diferente de um filho fazer? Não, é a mesma coisa, o sentimento é o mesmo, não tem nenhuma diferença. Portanto o negócio não está no sexo, está na relação de amor e de poder. Tanto que para você obter efetivamente o poder sobre as pessoas é necessário que você não as ame. Daí você pode obrigá-las a fazer exatamente o que você quer. Agora, se contrai amor aí você comprou a pessoa para você, agora ela é você. Então você entregou o poder, mas não entregou a responsabilidade. Então por isso que o máximo de amor é você morrer pela pessoa que você ama. Porque aí você assumiu uma responsabilidade total com um poder mínimo. Isso já é uma aplicação disso aí. Mas é isso que você vê a potência extraordinária dessa teoria. É muito mais fácil de se resolver milhões de problemas.

Aluno: eu participava de um grupo de discussão de Aristóteles e certo dia resolvi explicar o simbolismo de Adão e Eva e eu estava querendo colocar a precedência ontológica do homem em relação à mulher. Quase que me mataram. Ninguém aceitou aquilo.

Ela não é outra coisa, Deus não criou uma outra espécie, ele simplesmente pegou essa aqui e especializou. Qual a diferença entre o homem e a mulher? A mulher carrega dentro de si um ser que pode crescer e você carrega um que não pode. Um dia o Pedro, meu filho perguntou onde ele estava antes de nascer, e eu disse: *antes de nascer você estava na barriga da sua mãe*. Aí ele perguntou onde ele estava antes de estar na barriga da mãe, e eu disse: *antes você estava no meu saco*. E ele disse: *eu estava esmaguinho*? Quer dizer, você carrega lá dentro um ser humano, mas ele não tem a possibilidade de crescer. A única diferença entre mulher e homem é essa. Todos eles carregam um ser humano, mas num pode crescer, no outro não.

Aluno: também tem uma diferença no simbolismo de que um homem pode fecundar várias mulheres mas uma mulher só pode ser fecundada por um homem de cada vez.

Exatamente. E você vê que essa função da mulher de levar um outro ser humano que passa a existir não apenas como potência mas como ato, isso aí transparece fisicamente no fato de que para todos os órgãos que o homem tem há um correspondente na mulher, exceto um: o útero. Não há nada que corresponda. O útero é um órgão que está ali só para essa finalidade. Para que serve o útero? Para deixar a mulher histérica e para carregar o bebê. Então você vê que a diferença é em função da procriação e não de outra coisa. Ela pode ser duas pessoas ao mesmo tempo, o homem não pode. O homem pode ser um e um número indefinido, que são todos os espermatozoides, que são pessoas possíveis, mas são meramente possíveis. Esse negócio da masturbação eu acredito que é desperdício por causa disso, (???). Então são pessoas possíveis. A piada é completamente absurda mas é estritamente verdadeira. São pessoas possíveis, você está jogando fora meras possibilidades, não são seres humanos, são possibilidades de seres humanos. O homem pode ser um, que é ele, e pode ser estas milhões de possibilidades teóricas. Agora, a mulher pode ser dois não teoricamente mas ao mesmo tempo. Quer dizer, o feto que está nela é ela e não é ela. Sob certos aspectos é, e sob certos aspectos não é. Não tem jeito de você resolver essa questão. Isto aí então se expressa em toda a dualidade da aparência da mulher. É fácil você

perceber que pelas formas do corpo do homem e da mulher, o do homem tende a ser uma reta e da mulher tende a ser duas bolinhas. Não é assim? É um simbolismo perfeito.

Agora, é claro que disto aqui não podem sair diferenças psicológicas muito profundas, porque isso é (???) , é uma extensão disto. É impossível que você não possa compreender o outro. Mesmo porque desses milhares que seres que estão no seu saco um monte deles são mulheres. Tem mulher até aí dentro de você. Então não pode ser tão abissal a diferença entre os sexos. Eu acho homem e mulher claramente muito parecidos psicologicamente. Existem diferenças (???) claro. (???) . E os ciclos dos homens são muito diferentes dos ciclos das mulheres. Então é só essa a diferença. Mas isso não podia dar tanto bode, não pode ser tão abissal. Veja que nem com uma espécie animal que é totalmente diferente da gente temos conflitos desse tipo. Até com um leão a gente pode se dar bem. Então tem que ter outra explicação, tem que ser por outro lado. Não é pelo lado biológico, sexual, é outra coisa.

Você veja a potência que têm esses princípios filosóficos de eliminar problemas (???) para você. Quer dizer, as aplicações da filosofia não são na verdade deduções que você tira a partir dela, você não precisa deduzir, não precisa pensar, você lê aquele negócio, se impregna daquilo e daí por diante as suas intuições já vão no caminho. Não são deduções. Claro que você pode justificar logicamente a partir daqueles princípios, mas não vai por dedução lógica que você vai encontrar.

Aluno: isso aí você vai fazer depois, num trabalho escrito.

Na hora de explicar você fundamenta logicamente, mas o modo de expor não pode ser confundido com o modo de descobrir. O modo de descobrir é claro que é intuitivo. Mas por que isto? Porque primeiro o esquema mental de um é mais simples que o do outro, então de cara já sobra mais energia para você conhecer. Então a primeira função de uma filosofia dessas é resolver uma série de problemas para você não ter que pensar neles. Aí você cria uma espécie de patamar em cima do qual você tem uma grade de direções de atenção possíveis que se multiplica e você começa a perceber coisas que você não percebia antes. Quer dizer, tem uma função terapêutica, não no sentido que tem na França à moda dos filósofos que viraram terapeutas e acham que discutindo e dialetizando vão chegar a alguma coisa. Na verdade não vai, vai confundir mais ainda.

Aluno: estão oficializando isso aqui. Vai ter um curso depois do de filosofia acadêmica, de dois anos, para você se tornar clínico.

Esse negócio de filosofia acadêmica é urgentíssimo, é de se denunciar insistentemente esse negócio de filosofia acadêmica. Isto tem que ser (???) . Porque é claro que por esse meio de ensino ele não pode treinar ninguém para nada, porque é um curso que não exige nada do indivíduo enquanto indivíduo, ele não precisa acreditar em uma linha do que ele estudou lá, ele não precisa tomar posição pessoal quanto a nada. Basta tirar as notas para passar. Exige o mínimo e não o máximo. Mas agora a minha presença no Globo vai mudar isso aí. Porque agora eu já existo, já não se pode dizer que eu não existo. *Esse cara não existe, não é filósofo, é o filósofo de que mais se fala...* você vê que o cara que é o filósofo mais público não saiu da (???) , então ele começa a ser um padrão, ele começa a ser exceção, e um cara como eu começa a ser a regra.

Ao conjunto de dez leis eles denominavam ‘mãe de todas as coisas’, entendendo com isso que elas constituíam a matriz, a fonte, que ao reger se repete e ao repetir-se faz repetir, produz a repetição, faz surgir as coisas semelhantes e também as coisas que sendo dessemelhantes de umas são semelhantes a outras.

A repetição é a marca do lado que seria o Yin.

Essas leis, sendo dez, podem ser então denominadas a lei do um, a lei do dois, a lei do três, e assim por diante, até completar finalmente a décima.

A lei da unidade: a lei do um seria conseqüentemente a lei da unidade. Ora, o princípio de todas as coisas tem necessariamente de ser algo positivo. Se as coisas existentes são positivas seu princípio tem de ser positivo. O princípio positivo, o princípio que se afirma, que dá testemunho de si, que se positiva a si mesmo, é precisamente o que se chama Ser. O princípio de todas as coisas positivas é o Ser. O nada não pode ser princípio de nada. Ora, a unidade, como já dissemos anteriormente, caracteriza-se por ser indivisa (???) divisa ab allos, isto é, distinta de qualquer outro.

Isto, ela é indivisa em si mesma, mas ela está dividida de outro, quer dizer, ela não é o outro. Ab allos quer dizer a partir de outro.

Portanto a unidade é a lei da integral. Em toda e qualquer forma dotada de existência seu ser é um. Tudo aquilo que deseja ser, tudo aquilo que possamos admitir como presença, ou abscência – ele prega uma série de prefixos a este cência; abscência é estar para algo, para um outro; o ab significa antes, na frente de, mas não no sentido opositivo – tem de ser uma unidade. A unidade e o ser portanto são mutuamente conversíveis. Onde há unidade há ser, onde há ser há unidade. A primeira lei é simbolizada pelo número 1. O um é a primeira lei que rege todas as coisas. O ser é imperiosamente regido pela lei da unidade. Só o nada não é unitário, porque o nada não é. Há, por certo, uma hierarquia do ser, uma hierarquia de graus intensistas ou graus de intensidade do ser. Cada ser participa da unidade segundo o seu próprio grau de intensidade.

Com essa intensidade onde é que ele quer chegar? Essa intensidade é a coesão, o grau de coesão entre as tensões que formam a unidade do ser. Quando o indivíduo morre o corpo dele perde unidade porque as várias tensões têm mais tónus do que o conjunto, então elas se desmembram.

Aluno: mas é engraçado que no simbolismo do centro e da circunferência o ponto de máxima intensidade, que é o ponto de coesão, é o centro, e no entanto é o ponto de repouso. Você tem a máxima intensidade no repouso.

Exatamente. A unidade é a coerência consigo mesma. Mas a unidade das tensões é o ponto onde todas elas convergem. Então necessariamente tem de ser um ponto de repouso, mas é um repouso ativo.

Cada ser participa da unidade segundo seu próprio grau de intensidade, o qual por sua vez é comproporcionado à natureza de cada ser. Mas, qualquer que seja seu grau de intensidade, todas as coisas são unidades; num grau intensistas maior ou menor, mas sempre unidades.

Essa idéia de intensidade e extensidade ele tira de um lógico romeno-francês chamado Stephano Lupasco. Ele vai pegar então todos os conceitos científicos fundamentais e ver que eles sempre se baseiam nessa distinção entre extenso e intenso, que em última análise corresponde aos fatores quantitativos e fatores qualitativos.

A lei de unidade preside a todos os seres, os quais participam assim segundo as suas respectivas intensidades da unidade suprema do Ser.

É claro que o grau de tensão que coere as várias tensões que compõem um ser é um grau de intensidade e não de extensidade. A extensidade é como se fosse a contiguidade de vários

elementos, onde começa um termina o outro, e na intensidade não, se dá dentro, você tem todas em todos os pontos.

A máxima unidade é a unidade absoluta da simples simplicidade do Ser.

Só mais uma nota: você aumenta o volume, isso é um grau de intensidade, porque os volumes menores não foram abandonados, eles estão lá dentro.

A máxima unidade é a unidade absoluta da simples simplicidade do Ser supremo, que é apenas Ser, sem deficiências. Tudo quanto há depende desse Ser supremo. D'Ele provém todas as unidades, todos os seres participam deste Um, participam da grande lei da integral, da lei suprema do Um que rege todas as coisas. Tudo quanto é finito é unitariamente o que é e tende a tornar-se parte integrante de uma unidade. Nada se dá que não seja unitariamente, segundo graus intensistas maiores ou menores, não importa. Esta lei é o logos supremo, é a lei primeira de todas as leis. Tudo quanto é finito é unitariamente o que é e tende a tornar-se parte integrante de uma unidade. Ora, o número aritmético um, o arithmos mathematikoi um, simboliza a unidade, e por isso pode também simbolizar tudo aquilo quanto existe, pode simbolizar todos os entes naquilo que têm de unitários. O um simboliza todas as coisas enquanto unitariamente consideradas. Fundando-nos em textos genuinamente pitagóricos verificamos que segundo eles o Ser supremo Um, que é absolutamente simples, cuja essência e existência se identificam, que é uma pura forma, que é um puro logos, é, na terminologia pitagórica, o Pai. Este Pai, que é o Um, considerado em si mesmo, gera um segundo Um, que é o Um considerado enquanto operação, enquanto operatio.

Quer dizer, o Um é o Um enquanto absoluto, (???) e infinito; outra coisa é o Um como começo da série. ||| ele fez a bomba, botou embaixo da ponte, foi embora, ele morreu antes da ponte explodir. E o Mário? O Mário não calculou não, o Mário não trabalhou de caso pensado, ele trabalhou na base da criatividade vulcânica. E se perguntassem isso para ele, ele não saberia se colocar. Ora, aquilo que não tem um lugar orgânico dentro da História não acontece. Ele não fez isso nem movido por uma intenção qualquer, foi dizer a verdade tal como ela apareceu na cabeça dele. É inteiramente desculpável, não houve tempo para pensar na coisa, a intuição filosófica foi uma coisa muito tardia. Agora, Rene Guenon não, Rene Guenon com dezessete anos já pensava do jeito que pensou até o último dia. O Mário não, foi por um outro caminho.

Então, nesse problema que eu comecei a pensar: nós temos que arrumar um lugar para ele. Para arrumar um lugar para ele tem que se conectar a obra com a cultura do tempo e com as perspectivas do futuro – com a cultura não de agora, mas do século XXI. Então o certo é o seguinte: se a obra do Mário, vamos supor que ela começasse a ser lida, ela iria devastar tudo, nada iria sobrar, a cultura brasileira inteira ficaria anulada. É muito desproporcional, iria ter que recomeçar, fundar um novo Brasil. E é isso que nós temos que fazer, pensar como nós vamos fundar um novo Brasil. Então tem que achar outros elementos que concorram para esse fim também. Isso é o negócio do Futuro do Pensamento Brasileiro, tem alguns elementos aqui que podem ter uma certa intemporalidade, que podem sobreviver ao século XXI, e que vão se tornar necessários num certo momento. É isso aí que estou tentando fazer, tentando explicar essas coisas para que no século XXI isso seja possível. Quando não haja mais a ilusão dessa cultura brasileira, cultura no sentido antropológico da coisa. A cultura no sentido antropológico, se você juntou meia dúzia de pessoas em algum lugar, é cultura. Nós compramos uma ilha e vamos morar lá, nós vamos inaugurar uma cultura de qualquer jeito. Nós não vamos inventar um jeito de nos adaptar ao lugar, transmitir conhecimento? A gente faz uma cultura, a cultura surge sozinha. Cultura no sentido de interpretação da vida que não seja válida só para você mas que seja válida para outra cultura, e isso que é a coisa decisiva. Se você pensar bem não sobra nada, não há nada

no Brasil que seja indispensável ao mundo, o Brasil nada deu ao mundo. Intelectualmente nós continuamos na miséria.

O José Carlos Azevedo, que foi reitor da universidade de Brasília, tentou convencer o pessoal do Scientific American a ceder para ele os direitos de publicação de uma coleção de livros que eles têm. Os caras se recusaram dizendo que no Brasil menos de dois mil exemplares da revista são vendidos. E é a maior revista científica do mundo. Então não tem duas mil pessoas de ciência aqui. Isso aqui é nada, nada, nada. Só tem tamanho. E se nós insistirmos, você pega nossos suplementos literários, nós chegamos a um ponto de baixeza e subserviência que na última edição do suplemento cultural do Globo a primeira página era dedicada ao sujeito que aprendeu a copiar os truques literários do Sidney Sheldon. Se fizessem uma página para o Sidney Sheldon já seria um absurdo, mas faz com o discípulo brasileiro do Sidney Sheldon. É claro que tem que fazer uma reportagem porque o cara é importante, lançou um best-seller, mas isso é matéria para as páginas de comportamento – pois é a parte que reflete a vida social, é a antropologia na verdade. Agora, as páginas de cultura você põe outra coisa. Então os caras não têm mais essa distinção.

Surgir um MFS num lugar destes é mais ou menos como surgir um Dostoievsky na Rússia. Nada deixava prever. Dostoievsky é o profeta do século XX, que aparece no país mais atrasado, e hoje nós entendemos o nosso mundo, o século XX, através do Dostoievsky. Nós entendemos o comunismo, o nazismo, essas coisas. O Mário é a mesma coisa, ele é o profeta do século XXI, não foi feito para ser cultura brasileira, foi feito para ser cultura mundial. O mundo hoje já está suficientemente abalado nas suas crençazinhas materialistas que tem que poder confrontar esta obra aí. Mas para isso temos que torná-la falável, transmissível. Você não vai esperar que um outro país leia cento e vinte livros do seu filósofo, vai ter que compactar isso aí, tapar as lacunas. E eu vou fazer isso. Doa a quem doer eu vou fazer. Isso vai acontecer. Do mesmo jeito que eu falei para vocês do Imbecil Coletivo, que ia fazer um barulhão, esse lançamento do Mário eu vou fazer. Entre outras coisas que eu pretendo fazer, isso não é o objetivo. O propósito do que eu estou fazendo não é divulgar o Mário Ferreira, não é o meu projeto próprio, mas também vou fazer isso.

Eu acho que dos filósofos do século XX não tem nenhum que dê para discutir com o Mário, ele taparia a boca de todos. Não tem por onde derrubar isso aqui que ele fez, e ele consegue derrubar os outros. É por isso mesmo que ele não emplacou ainda. Iria ocupar um espaço muito grande. Como aconteceu com o Leibniz, que no século XVIII fez a ciência do século XX. Não podiam prestar atenção nele. Então Leibniz entra para a História, ainda publicou alguma coisa em vida mas só foi falado, mas só uma parte ínfima de sua obra, e ele entra para a História como o Dr. Pangloss, personagem do Voltaire, que é um personagem caricato, um tipo esquisito, excêntrico. E o Mário nem como personagem caricato, não entrou nada. Eu acho muito curioso o número de pessoas que perguntam do Mário, das obras do Mário, e nunca aparece um sujeito querendo fazer uma tese universitária.

Aluno: porque essas pessoas que estão no mundo acadêmico nunca ouviram falar dele.

Muitos ouvem, só que tem um mecanismo de impedimento, como acontece com este curso, tem uma urucubaca, um impedimento.

Aluno: e só de dizer MFS já sabem que é brasileiro e aí já deixam um pouco de lado.

Isso aí é aquela garotinha que tem fantasia erótica de estupro e de repente aparece o Mike Tyson na frente dela. Aí ela fica assustada, *ah, não quero mais!* Então você sonhou com o negão, ele apareceu e vai te pegar.

Aluno: esquentá, esquentá e pula fora.

É, aí vem o negão e você vê o que vai te acontecer. Agora, precisa preparar o caminho. E a primeira coisa é deixar o texto de uma maneira que seja engulível, palatável.

Aluno: eu acho que poderia ser resumida a obra numa série de dez.

Tem que compactar. E tem jogar fora impiedosamente a história, que a família não quer. A família valoriza por igual todos os livros dele. Eles não percebem. Agora, vão reeditar a tradução comentada do Nietzsche. Só que isso não tem a menor importância, é uma curiosidade literária.

Aluno: mas talvez porque seja mais comercializável atualmente.

Na cabeça deles. Mas não é, as coisas não são assim. Não funciona desse jeito. A família acaba servindo de empecilho, involuntário. Agora tem a mulher dele velhinha doidinha, sentada nos manuscritos para ninguém mexer. É o Brasil, que sentou em cima do sujeito. Por outro lado eu acho que na obra do Mário tem coisas que o mundo não agüenta saber. Vocês vejam que o Rene Guenon, eles conseguiram engulir aquelas coisas do Guenon, você imagina o que foi necessário fazer. Foi necessário virar de cabeça para baixo todos os departamentos de estudos religiosos do mundo, criar novas disciplinas, formar novos professores, inventar novo vocabulário, tudo, para poder engulir as coisas que o Rene Guenon estava falando e disfarçar um pouco. Tem um sujeito chamado Antonio Ferri diretor do departamento de estudos religiosos da Sorbonne, que escreveu um livro sobre esoterismo falando tudo o que o Guenon falou. Só que ele não é um esoterista, ele é um 'esoterologista', ele fala sobre; o esoterismo deixa de ser meio de conhecimento e se torna objeto de conhecimento. Para fazer isso deu uma trabalhadeira, foram precisos milhares de pessoas para fazer esta coisa. Hoje já está pronto, já dá para engulir o Rene Guenon e botar ele lá no meio e disfarçar um pouco. Com a obra do Guenon eles conseguiram fazer isso, mas os efeitos da obra do Guenon já estão feitos, já estão aí. Agora, daqui para diante, você vê que a fase do Guenon já passou, o que ele tinha que fazer ele já fez, tem que partir para outra. Sobretudo porque todo esse pensamento guenoniano de certo modo se fechou numa espécie de recusa do mundo moderno. Mas não adianta nada você recusar o mundo porque ele está pouco ligando para você, você é só mais um que vai ficar dentro de casa e não vai interferir na ordem das coisas e nem vai poder transmitir isso para ninguém, você vai se fechar. Porque para você transmitir você tem que fazer exatamente o que o Guenon fez, você tem que refazer uma crítica do mundo contemporâneo, não é só dizer *que merda*, você tem que fazer tudo de novo. O que o Guenon fez você tem que fazer de novo e já num patamar mais baixo na verdade, porque coisas que o Guenon anunciou aconteceram com uma velocidade impressionante. Quando ele fala da extinção do dinheiro, que logo logo não ia mais ter dinheiro, iam inventar uma outra maneira. Isto já acontece no mundo inteiro. Na Europa se você paga alguma coisa mais cara com grana todo mundo já desconfia. Nos Estados Unidos mais ainda. Você usa um negócio eletrônico. E logo o negócio eletrônico vai ser substituído por reconhecimento da retina, do toque, esses padrões irrepetíveis. Melhor que impressão digital. Melhor que código, porque para isso você já tem por exemplo seu código genético. Portanto chegamos naquele negócio que está no Apocalipse de que todo mundo teria um número de identidade que seria gravado em seu corpo e que sem essa marca você não poderia nem comprar, nem vender, nem arrumar emprego, nem fazer coisa alguma. Então você vai ter um reconhecedor de retina, um reconhecedor de voz, e pronto, uma marca no seu corpo que permitirá que você comercie, arranje emprego, e o dinheiro sumiu. Você trabalhou, recebeu o salário, comprou uma casa e pagou a prestação, tudo isso sem você ver um tostão. Mas ninguém viu, o dinheiro não foi transportado materialmente, só mudou na conta, no crédito. Tudo isso está já acontecendo claramente.

Aluno: nas bolsas internacionais não passa um tostão.

Isso aí estava no Guenon escrito em 1925. E muitas outras coisas. Agora nós estamos numa outra fase, aconteceu um monte de coisas e nós temos que reinterpretar tudo do mesmo jeito que o Guenon fez. É outra situação. E justamente por causa disso a gente tem que inverter certas polaridades que o Guenon enfatizou. O Guenon enfatizava muito o combate ao individualismo ocidental e insistia na idéia de que a existência individual humana é só uma fase, um estado do ser, que vai se integrar no universal. Aí nós temos que inverter, o contrário disso também é verdadeiro. O fato é que só a existência individual biológica é que pode ter consciência disso, o geral não pode. Então tem que haver a ênfase na individualidade biológica, só tem você e só tem seu corpo. Agora, essa coisa do Mário sobretudo essas dez leis – dez não, mil e tantas que ele enuncia – esse negócio é tão enormemente verdadeiro, tão enormemente eficaz, que eu mesmo não gosto muito de falar nisso, só entro nisso um pouquinho, porque isso causa uma confusão desgraçada. Se você tenta entrar no Mário, tirar verdadeiro proveito disso, pressupõe conhecimento de toda a história da filosofia, conhecimento do esoterismo, a leitura da obra do Guenon – a obra do Guenon já embola. A gente lê Guenon e aquilo é tão poderoso que não vai mais querer nada. Com o Mário também. Serve para você de todo lado, e daí esteriliza você. E isso aconteceu com os alunos dele. No fim você entra num snapping, aquilo exerce um fascínio, você não consegue sair de dentro daquele negócio e mais tarde você só se liberta daquilo mediante um outro snapping em que você apaga tudo.

Então se realiza a profecia de Santo Agostinho, *aquilo que aprenderam por curiosidade esqueceram por orgulho*. Para você conseguir recuperar o seu orgulho você apaga tudo, nega tudo, faz de conta que não viu. Então para não ter esses efeitos malignos o negócio tem que ser lento, devagar, para ter um resultado, para que seja bom para as pessoas, e não mau. A linguagem de que o Mário se serve é totalmente abstrata, tem uma beleza, é uma espécie de música das idéias, tem isto. É um negócio hipnótico. Então você tem que romper esse negócio hipnótico, você tem que poder continuar pensando depois que leu isto. Quer dizer, você não pode nem recusar o jogo nem aceitá-lo. Você tem que ficar na sua, ele tem o jogo dele e você tem o seu jogo, qual pode ser a colaboração. No começo, da mesma maneira, todas estas sentenças do Mário tem que ser interpretadas longamente. Só quando você estiver vendo fisicamente de que ele está falando, aí tudo bem. Mas se você engole o discurso sem essa operação, você entra no fascínio das palavras. Qualquer retórica, perto do poder encantatório disso aí, é mixaria. Para isso aí você precisa ser um pouco mais esperto que frente à retórica.

Lei de superação ou lei do octonário: mas esta evolução também ela se dá através de graus, através de mutações, contidas dentro das possibilidades da natureza das coisas, quer dizer, nas suas relações, na sua interatuação com outras, a coisa vai sofrer mutações que são correspondentes, contudo, à sua forma. Este desenvolvimento que se contém ainda dentro de sua forma é a sua evolução normal porque se trata de modificações proporcionadas ainda à sua forma.

Quer dizer, são modificações que se dão no confronto entre seres colocados no mesmo plano.

Mas quando se dá o rompimento de sua harmonia e ela passa a possuir outra forma, isto é, quando se dá a sua corrupção e ela passa a constituir um elemento de uma nova estrutura, de uma nova harmonia, e com outra forma, então dá-se o fenômeno da assunção, da superação, ou da lei da evolução superior, que é simbolizada pelo número oito, a lei do octonário.

Veja que até o sete você está falando de um ser que existe, aí você fala num ser que foi extinto e cuja forma foi integrada num outro. É como Napoleão enquanto estava vivo e Napoleão enquanto força histórica agente que continua depois que ele morre. Não é a mesma coisa. Quer dizer que aquela individualidade física de Napoleão ela some, porque ficou integrada

nessa. Agora não precisa mais existir, porque aquela existe independentemente desta. Não precisa nem pensar na hipótese de ascensão celeste. A simples absorção da individualidade no personagem histórico – para quem estudou astrocaracterologia isto é o que a gente chama de personagem precisamente – já é um exemplo disso.

Lei da integração ou lei nonária: todas as evoluções tendem a chegar a seus limites e a passar para uma forma evolutiva outra, superior, não em sentido axiológico, mas no sentido de posterior, logicamente, ontologicamente e mateticamente.

Então, usando ainda o mesmo exemplo isto aí designaria a finalidade última a que concorre a ação total do personagem histórico Napoleão. Quando ela chegar a realizar suas últimas possibilidades ela aponta no sentido de a uma outra unidade que a transcende infinitamente. Napoleão, não dentro do ciclo histórico em que ele atua, mas Napoleão dentro da História total do mundo.

Esta lei encontramos simbolizada nas religiões pela idéia da ressurreição, pela idéia da salvação do ser, que é então retirado do ciclo da evolução, isto é, o ser segue o seu fadalho e depois então salva-se, salta deste estágio para um estágio superior, para o qual tendem todas as coisas, em direção a uma integração posterior no todo, no grande todo.

Quer dizer, onde não há mais ação propriamente dita, a ação foi totalmente completada e ela alcança um significado definitivo, não vai mudar mais. Por exemplo, pegando um exemplo terrestre, a ação global de Júlio César, ela está encerrada. O indivíduo Júlio César é integrado em seu personagem histórico, o qual age dentro de um ciclo histórico bem grande e que transcende muito a duração da pessoa de Júlio César, e ela chegou num ponto final. Então ele tem uma identidade, ele tem um significado definitivo. Isto é o nove. Isso é uma analogia terrestre que eu estou fazendo com isto.

Aluno: são as camadas da personalidade?

Certamente. Quer dizer, eu estou traduzindo isto na linguagem das camadas porque se torna mais fácil. Há uma correspondência bem clara.

Integração esta que é simbolizada pela lei unitiva de todos os seres cósmicos, que é a lei da integração universal, a lei da coerência final de todas as coisas, que constituem o contexto beta. A lei que determina este movimento na direção da integração no Todo é a lei do nove, a lei do nonário.

Que poderia se chamar lei da convergência, tudo converge para um significado que transcende tudo.

Lei da unidade transcendente ou lei denária: todas as coisas integradas no Todo seguem a direção do Bem, que lhes é transcendente, em direção à unidade transcendental, a unidade que está acima de todas as coisas, que é a fonte, a origem de todas as coisas, que é o Ser supremo, que, por sua vez, é a lei das leis.

Quer dizer, é o retorno ao Um não numérico. É o mesmo um mas o primeiro um da série é o um numerador, o um quantitativo, que seria esta unidade, aquela unidade; e, quando chega no dez, todas elas se integram na unidade não-numérica.]

Aluno: o nove se aproxima muito dessa perfeição, todo múltiplo de nove tem por soma de seus algarismos um múltiplo de nove.

Logos dos logoi, a lei da unidade transcendental, a lei que rege todas as coisas na sua aspiração ao Bem supremo.

Conclusão das leis da década: todas essas leis são simultâneas no seu atuar sobre todas as coisas quer delas tomemos ou não consciência, quer as compreendamos ou não. Tudo no universo é regido por essas leis. Essas dez leis são simultâneas porque provêm do contexto alfa e atuam sobre o contexto beta.

A grande novidade da obra do Mário é que ele pega tudo isto aí e ele não está falando nem em linguagem simbólica nem em linguagem esotérica, isto é trazido para um ambiente estritamente filosófico. Antes você tinha aquela coisa do esotérico, irracional, mistério, e agora não tem. De uma maneira ou de outra está explicado, está tudo como filosofia.

Aluno: mas no fundo quando você trabalha com símbolo não há muita confusão entre uma coisa e outra, há uma distinção.

Na prática do simbolismo você discerne. Mas aqui não tem simbolismo nenhum, o negócio é literal. Você volta do símbolo para a simplicidade do ideograma. É aquele negócio do I-Ching. Aquilo não é símbolo, é uma espécie de pré-símbolo. Voltamos para essa simplicidade geométrica. Aliás, nem geométrica, aritmética.

As coisas do contexto alfa estão sujeitas somente até a lei da harmonia. Elas não sofrem uma evolução porque não sofrem mutações intrínsecas nem ações extrínsecas.

Aluno: o que ele considera contexto alfa e beta?

Alfa é o infinito e beta o finito.

Não dão saltos específicos, portanto não conhecem a lei do sete, não são regidas pela lei do sete, nem pela do oito, nem pela do nove, elas são transcendentais a essas leis. As coisas do contexto beta são regidas pelas dez leis. Se fizermos tanta questão de salientar essas dez leis e falar tanto sobre elas é para que elas se gravem para sempre com aquelas palavras dos pitagóricos: que a tétrada sagrada se grave na vossa mente como se fosse marca de fogo, porque destas dez leis surgem todas as outras leis, as leis binárias, as leis ternárias, as leis quaternárias, que passaremos daqui por diante a estudar.

A escola pitagórica terminou muito mal, devastada, os caras todos foram mortos. Não foram suportados. É simbólico que passe tanto tempo para que um sujeito consiga recuperar isso e falar, em português claro. Isso aqui talvez nem mesmo os pitagóricos fossem capazes de explicar dessa maneira. Ainda que seja um discurso, é por um fator acidental, que é o fato de ser gravado. Se ele tivesse escrito ficaria muito melhor.

Aluno: ninguém tentou essa recomposição do sistema pitagórico em outro lugar?

Não. Fizeram como uma explicação. Sobrou algo da escola pitagórica no platonismo, em toda uma linha que vai pugnar com Kepler. Nas ciências você teve um movimento pitagórico que busca a matematização da imagem do cosmos. Mas aí é uma matematização no sentido quantitativo. Todo o mundo moderno resulta de um pitagorismo, um platonismo mal compreendido. No Renascimento esses caras acham que vão obter, vão recompor este

pitagorismo reduzindo as ciências à idéia matemática. Mas eles não tinham a idéia dos números arquetípicos, eles tinham apenas a idéia de sua repetição no mundo sensível, essa idéia de harmonia das esferas e essa coisa toda. Eles não tinham a idéia do número como lei da proporcionalidade intrínseca da coisa. Eles só tinham a idéia de proporções entre coisas, que era o que Kepler procurava. Quer dizer, qual é a harmonia matemática do sistema solar. É uma harmonia entre coisas. E o pulo do gato não é esse, não é uma harmonia entre coisas, é a forma de cada ser. Na verdade as relações entre coisas não precisam ter essa harmonia e nem podem, porque senão o cosmos como tal seria absolutamente perfeito e absolutamente indestrutível e você não teria infinitude, você encenaria tudo numa dimensão cósmica. Então este é o perigo do pitagorismo renascentista.